

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN"), também denominada "Companhia" ou "Controladora", é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas sendo denominadas, em conjunto, "Grupo"). A sede social da Companhia está localizada em São Paulo.

A CSN possui ações listadas na bolsa de valores de São Paulo, a B3, S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

- **Siderurgia:**

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas ("UPV"), localizada no município de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui atividades comerciais nos Estados Unidos e operações em Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

- **Mineração:**

A produção de minério de ferro é desenvolvida nos municípios de Congonhas, Belo Vale e Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, pela controlada CSN Mineração S.A. ("CSN Mineração").

O minério de ferro é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e estão sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle da Companhia. O escoamento do minério é feito pelo Terminal de Carvão e Minérios do Porto de Itaguaí ("TECAR"), terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Estado do Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são também feitas por meio desse terminal por intermédio de prestação de serviços pela CSN Mineração S.A à CSN. As atividades de mineração englobam ainda a exploração de estanho no Estado de Rondônia, a fim de suprir as necessidades da UPV. O excedente dessa matéria-prima é comercializado com controladas e terceiros.

Como pioneira na utilização de tecnologias que resultam na possibilidade de empilhar os rejeitos gerados no processo de produção de minério de ferro, a Companhia tem sua produção de minério de ferro, desde janeiro de 2020, 100% independente de barragens de rejeitos. Após investimentos significativos nos últimos anos para elevar o nível de confiabilidade, descaracterização e empilhamento a seco, a Companhia avançou para um cenário em que 100% dos seus rejeitos passam por um processo de filtragem à seco e são dispostos em pilhas, geotecnicamente controladas, em áreas exclusivamente destinadas para empilhamento. Foram investidos cerca de R\$250 milhões nas duas plantas de filtragens de rejeitos que possuem combinadas uma capacidade total de filtragem de 9 milhões de toneladas por ano.

Como consequência dessas medidas, o descomissionamento das barragens é o caminho natural do processamento de rejeito a seco.

A totalidade das nossas barragens de mineração estão devidamente adequadas à legislação ambiental em vigor.

- **Cimentos:**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e seus negócios já existentes. Ao lado das instalações da UPV, em Volta Redonda/RJ, a Companhia instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III utilizando a escória produzida pelos altos-fornos da própria UPV. Explora ainda calcário e dolomito na unidade de Arcos/MG, para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimento. Adicionalmente em Arcos/MG, localiza-se a operação de produção de clínquer. Com isso a Companhia é autossuficiente na produção de cimento, com capacidade instalada de 4,7 milhões de toneladas anuais.

- **Logística:**

Ferrovias:

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: a MRS Logística S.A., que gerencia a Malha Sudeste da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. ("RFFSA"), a Transnordestina Logística S. A. ("TLSA") e a FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL"), sendo que essas duas últimas detêm a concessão para operar a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, sendo de responsabilidade da TLSA os trechos de Eliseu Martins-Trindade, Trindade-Salgueiro, Salgueiro-Porto Suape, Salgueiro - Missão Velha e Missão Velha – Pecém (Malha II), em fase de construção, e a FTL responsável pelos trechos de São Luís a Altos, Altos a Fortaleza, Fortaleza a Sousa, Sousa a Recife/Jorge Lins, Recife/Jorge Lins a Salgueiro, Jorge Lins a Propriá, Paula Cavalcante a Cabedelo, Itabaiana a Macau (Malha I).

Portos:

A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon S. A., o Terminal de Contêineres ("TECON"), e, por meio de sua controlada CSN Mineração S.A., o TECAR, ambos no Porto de Itaguaí. Localizados na baía de Sepetiba, possuem privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo.

No TECON são realizadas movimentação e estocagem de contêineres, veículos, produtos siderúrgicos, carga geral entre outros produtos e no TECAR as atividades operacionais de carga e descarga e embarque de navios de graneis sólidos, armazenamento e distribuição (rodoviário e ferroviário) de carvão, coque, coque de petróleo, clínquer, concentrado de zinco, enxofre, minério de ferro entre outros graneis destinados ao mercado transoceânico, para consumo próprio ou para clientes diversos.

- **Energia:**

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia possui ativos de geração de energia elétrica para mitigação de custos visando maior competitividade da empresa.

- **Continuidade Operacional:**

Em 2020 a Companhia amortizou, entre principal e juros, cerca de R\$8,4 bilhões de seus empréstimos e financiamentos. Em 2021 são esperados pagamentos de empréstimos, que, incluindo os juros a serem incorridos no próximo exercício, montam aproximadamente R\$4,2 bilhões. A alavancagem financeira pode afetar adversamente os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, sendo os seguintes principais impactos considerados pela Administração:

- Dedicção de parte substancial do caixa gerado das operações para pagamento de empréstimos e financiamentos;
 - Exposição (i) a flutuações das taxas de juros, pela repactuação de dívidas e eventuais novas captações de empréstimos e financiamentos; e (ii) ao câmbio, uma vez que parte importante dos empréstimos e financiamentos é denominada em moeda estrangeira;
 - Aumento de vulnerabilidade econômico-financeira em caso de condições adversas da indústria e segmento, pela limitação de recursos disponíveis no curto prazo, considerando a alta alavancagem financeira e os desembolsos de caixa previstos;
 - Limitação da habilidade da Companhia na realização de novos negócios (aquisições) até que a alavancagem financeira seja reduzida;
-

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Limitação da habilidade da Companhia em obter novas linhas de crédito em condições mais favoráveis de juros em função dos riscos relacionados à alavancagem financeira atual.

A habilidade da Companhia em continuar operando em base de continuidade depende, portanto, de atingimento de metas operacionais determinadas pela Administração, além de refinanciamento das dívidas contratadas, e/ou ações relacionadas à desalavancagem financeira.

Além do foco contínuo em melhorias do resultado operacional, a Administração segue com as iniciativas para aumentar a liquidez da Companhia por meio de alongamento de prazos de pagamento de empréstimos e financiamentos. Vide na nota 13.a - Empréstimos e Financiamentos o perfil atual dos vencimentos da dívida.

Adicionalmente, a Administração estuda alternativas de desalavancagem financeira a partir da alienação de ativos não estratégicos e outras iniciativas, tais como a Oferta Pública Inicial de Ações da subsidiária CSN Mineração S.A. recentemente concluída, pela qual o Grupo CSN melhorou a sua liquidez em R\$4.155 milhões (R\$2.785 milhões na Controladora). Outras alternativas continuam em estudo, mas não é possível afirmar que ocorrerão dentro de um período de 12 meses. Assim, a Companhia não segregou e não reclassificou quaisquer ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

Com base nas projeções de fluxos de caixa da Administração que abrangeram o período operacional até fevereiro de 2022, as quais dependem de fatores como atingimento das metas de produção, volumes e preços de venda, bem como das renegociações dos empréstimos e financiamentos, a Administração entende que a Companhia possui os recursos adequados para dar continuidade às suas operações. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - "IFRS", emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora".

2.b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação, exceto quando de outra forma indicado.

A preparação dessas demonstrações financeiras requer da Administração o uso de certas estimativas contábeis, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados na data do balanço dos ativos, passivos, receitas e despesas poderão divergir dos resultados reais futuros. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes e são revisados pela Administração da Companhia.

As políticas contábeis e estimativa críticas, quando aplicável e relevantes, estão incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com o exercício anterior apresentado, conforme apresentado abaixo:

- Nota explicativa 6 - Reconhecimento da provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber de clientes;
 - Nota explicativa 10 e - Teste de recuperabilidade Transnordestina Logística S.A. ("TLSA");
 - Nota explicativa 12 a - Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*impairment*);
 - Nota explicativa 14 - Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (*"hedge accounting"*);
-

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Nota explicativa 18 d - Teste de recuperação do imposto de renda e a contribuição social diferido ativo;
- Nota explicativa 20 - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 21 – Provisões para passivos ambientais e desativação;
- Nota explicativa 30 - Benefícios a empregados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2021.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os registros contábeis incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal do ambiente econômico na qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os saldos das contas de ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2020, US\$1 equivale a R\$5,1967 (R\$4,0307 em 31 de dezembro de 2019) e € 1 equivale a R\$6,3779 (R\$4,5305 em 31 de dezembro de 2019), conforme taxas extraídas do site do Banco Central do Brasil.

2.d) Demonstração do valor adicionado

Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

2.e) Disposição de apresentação das notas explicativas

A Companhia buscou apresentar aos usuários das demonstrações financeiras as informações relevantes para avaliação da posição financeira da Companhia, desta forma modificamos a disposição de apresentação das práticas contábeis, que a partir de 2020, serão apresentadas abaixo das notas explicativas.

Adicionalmente, de forma qualitativa a Companhia passou a divulgar em nota explicativa específica o estoque de longo prazo na nota 7 e os tributos a recuperar de curto prazo e longo prazo na nota 8, anteriormente, eram demonstrados na nota de outros ativos circulantes e não circulantes.

2.f) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas

Durante o exercício de 2020 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2020. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2020, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes:

- Definição de negócios (alterações ao IFRS 3)
- Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8)
- Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)
- Alterações à referências à estrutura conceitual básica (várias normas)
- Concessões relacionadas à COVID-19 (alterações à IFRS 16)

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- IFRS 17 Contratos de seguros
- Alterações ao IFRS 17 Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4)
- Referências à Estrutura Conceitual
- Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16)
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37)
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41)
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1)

3. IMPACTOS DA COVID-19

A partir do final de 2019, o vírus da COVID-19 se espalhou pelo mundo e, em março de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou a pandemia dessa doença. Desde o início da pandemia, a Companhia tem adotado diversas medidas de precaução em todas as suas áreas para reduzir a exposição de seus colaboradores e garantir a continuidade de seus negócios. Neste sentido, foram mapeados todos os empregados em condições crônicas de vulnerabilidade (grupo de risco) e colocados em férias junto com grande parte de outros funcionários visando reduzir em torno de 50% seu quadro corporativo. Adicionalmente, foram fornecidas máscaras para todos os colaboradores, disponibilizado álcool em gel em todas as dependências da empresa e, também, divulgamos comunicados internos com medidas de prevenção com o intuito de reforçar os protocolos de higiene recomendados pelas autoridades competentes.

A Companhia avalia permanentemente os efeitos causados pela COVID-19 em seus negócios, uma vez que, principalmente no 2º trimestre de 2020, as atividades econômicas no Brasil foram reduzidas drasticamente, tendo sido impostas restrições e medidas de distanciamento social com a finalidade de reduzir a circulação do vírus. Muitas dessas restrições foram flexibilizadas pelas autoridades ainda no 3º trimestre e a Companhia não sofreu impactos significativos em seus negócios no exercício.

A atividade econômica da Companhia está diretamente ligada à demanda de produtos siderúrgicos nos setores automobilístico, doméstico e construção civil, bem como de minério de ferro, tanto no mercado nacional como internacional. Qualquer redução na atividade desses setores poderia afetar a demanda e o preço dos produtos e trazer impactos relevantes na posição financeira e resultados da Companhia.

Abaixo apresentamos os principais efeitos econômicos na Companhia em relação ao COVID-19:

a) Efeitos operacionais

O orçamento de investimentos da Companhia para 2020 passou por uma revisão considerando os efeitos adversos da desaceleração econômica global. Nesse sentido, a revisão reduziu o montante de investimentos, priorizando a execução de projetos de investimentos correntes fundamentais para a manutenção das condições de capacidade operacional, meio-ambiente e segurança.

A Companhia abafou o Alto-Forno 2 localizado na Usina Presidente Vargas (UPV), no município de Volta Redonda – RJ, no início de junho de 2020. Essa decisão foi motivada pelo cenário econômico mundial enfraquecido, pois a CSN é uma grande fornecedora de matéria-prima para os setores automobilístico, de linha branca e construção civil. Entretanto, o recém-reformado Alto-Forno 3 supriu a demanda até a retomada do Alto-Forno 2 ocorrida no final de novembro de 2020.

Os efeitos da pandemia foram sentidos no 2º trimestre do ano, tendo causado alguns impactos nas receitas, principalmente, da siderurgia. Os demais segmentos não sofreram impactos relevantes.

A Companhia não sofreu impactos significativos em sua logística ferroviária e marítima. Também não ocorreram impactos no fornecimento de suprimentos que acarretassem interrupção das atividades operacionais.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Recuperabilidade de ativos e passivos financeiros e não financeiros

A pandemia não causou impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia, com exceção de um impacto adverso temporário no valor de mercado das ações da Usiminas, que até 31 de março de 2020 havia acumulado perdas de R\$962 milhões naquele trimestre, tendo se recuperado integralmente até o final do exercício e contribuído positivamente no resultado da Companhia com um ganho no exercício de R\$1.190 milhões. Em situações limite alguns *covenants* ou obrigações especiais aplicáveis às nossas dívidas poderiam ter sido alcançados. A Companhia monitorou e continua monitorando constantemente esses indicadores de modo a evitar riscos à sua posição financeira.

Não houve impactos relevantes nos ativos financeiros da Companhia. Uma parcela de recebíveis que havia sido postergada foi regularizada ainda no decorrer do 2º trimestre. O índice de inadimplência da Companhia não sofreu alterações.

O portfólio de investimentos e a natureza do parque industrial da Companhia têm característica de longo prazo. O contexto operacional e econômico de longo prazo ao qual a Companhia se insere permite maior flexibilização nas estratégias e planos para mitigar os riscos e efeitos da pandemia em seus negócios e, consequentemente, assegurar a manutenção da recuperabilidade esperada de seus ativos não financeiros, sejam investimentos, imobilizado e créditos fiscais. No início da pandemia a Administração realizou testes estressando diversas premissas utilizadas nas projeções dos negócios, especialmente para 2020 e 2021. Essas premissas estressadas permaneceram inalteradas ao longo de todo exercício e, consequentemente, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perdas por *impairment* nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Conforme orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia avaliou eventuais efeitos que tenham relação com a continuidade dos negócios e suas estimativas contábeis. Apesar de alguns efeitos adversos percebidos no início da pandemia, que ao longo do restante do exercício se dissiparam, tais efeitos adversos não trouxeram riscos de continuidade nem de necessidade de ajustes de estimativas contábeis que produzissem efeitos significativos nos negócios da Companhia e consequentemente em sua posição patrimonial e financeira.

A Companhia permanece com todas as suas previsões de produção e vendas de médio e longo prazos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixas e bancos				
No País	245.185	42.736	238.509	18.456
No Exterior	3.899.282	454.033	199.994	81.379
	4.144.467	496.769	438.503	99.835
Aplicações Financeiras				
No País	5.800.119	531.924	4.208.622	292.272
No Exterior		60.262		
	5.800.119	592.186	4.208.622	292.272
	9.944.586	1.088.955	4.647.125	392.107

Os recursos financeiros disponíveis no país são aplicados basicamente em títulos privados e públicos com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional respectivamente. A Companhia aplica parte dos recursos através dos fundos de investimentos exclusivos, cujas demonstrações financeiras foram consolidadas na Companhia.

Os recursos financeiros disponíveis no exterior são aplicados em títulos privados, em bancos considerados pela Administração como de primeira linha e são remuneradas a taxas pré-fixadas.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Prática Contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras ⁽¹⁾	478.253	518.553			475.782	481.804		
Ações Usiminas ⁽²⁾	3.305.109	2.114.620			3.305.109	2.114.620		
Bonds ⁽³⁾			123.409	95.719			123.409	95.719
	3.783.362	2.633.173	123.409	95.719	3.780.891	2.596.424	123.409	95.719

(1) São aplicações financeiras com modalidade restrita e vinculada em Certificado de Depósito Bancário (CDB) para garantia de carta fiança junto a instituições financeiras e aplicação financeira em títulos Públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por seus fundos exclusivos.

(2) Foi concedida alienação fiduciária de uma parcela das ações da Usiminas detidas pela Companhia.

(3) Bonds junto ao banco Fibra com vencimento em fevereiro de 2028 (vide nota 22).

Prática Contábil

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa e são mensuradas pelo custo amortizado e a valor justo por meio do resultado.

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cientes				
Terceiros				
Mercado interno	910.657	1.118.632	680.340	852.434
Mercado externo	2.063.867	1.003.905	65.379	62.833
	2.974.524	2.122.537	745.719	915.267
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(228.348)	(245.194)	(143.735)	(167.247)
	2.746.176	1.877.343	601.984	748.020
Partes Relacionadas (nota 22 b)	121.176	170.588	947.719	943.623
	2.867.352	2.047.931	1.549.703	1.691.643

A composição do saldo bruto das contas a receber de clientes terceiros é demonstrada da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	2.537.567	1.739.746	535.541	731.377
Vencidos até 30 dias	222.972	132.845	72.890	9.089
Vencidos até 180 dias	17.915	23.877	958	6.684
Vencidos acima de 180 dias	196.070	226.069	136.330	168.117
	2.974.524	2.122.537	745.719	915.267

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As movimentações nas perdas de crédito de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(245.194)	(237.352)	(167.247)	(176.855)
(Perdas)/Reversão esperadas de créditos	7.513	(43.313)	22.347	(18.540)
Recuperação e baixa de créditos	9.333	35.471	1.165	28.148
Saldo final	(228.348)	(245.194)	(143.735)	(167.247)

Prática Contábil

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo preço de transação, desde que não contenham componentes de financiamento, e posteriormente mensurada ao custo amortizado. Quando aplicável, é ajustado ao valor presente incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras.

A Companhia mensura anualmente as perdas de crédito esperadas para o instrumento, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis, utilizando uma matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo. Este modelo considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas.

A Companhia realiza operações de cessão de crédito sem coobrigação, em que após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos provenientes do fechamento de cada operação, a CSN liquida as contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação.

7. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	1.627.676	1.691.842	748.918	1.141.385
Produtos em elaboração	1.358.905	1.438.868	836.128	1.081.050
Matérias-primas	1.289.653	1.493.129	876.168	1.021.350
Almoxarifado	928.158	902.135	525.114	502.591
Adiantamento a fornecedores	69.536	35.828	63.950	31.541
(-) Perdas estimadas	(109.038)	(134.553)	(35.832)	(41.201)
	5.164.890	5.427.249	3.014.446	3.736.716
Classificado:				
Circulante	4.817.586	5.282.750	3.014.446	3.736.716
Não Circulante ⁽¹⁾	347.304	144.499		
	5.164.890	5.427.249	3.014.446	3.736.716

1. Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão processados quando da implementação de novas plantas de beneficiamento, que gerarão como produto final o Pellet Feed. Em 2020, a Companhia definiu o projeto de construção da nova planta para beneficiamento de Itabirito, que até então era considerado como rejeito, e passou a ser incorporado ao estoque de minério de longo prazo.

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(134.553)	(157.754)	(41.201)	(45.076)
(Perdas estimadas)/Reversão de estoques de baixa rotatividade e obsolescência	25.515	23.201	5.369	3.875
Saldo final	(109.038)	(134.553)	(35.832)	(41.201)

Prática Contábil

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias-primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	1.002.926	1.109.887	822.717	942.707
Contribuições federais brasileiras ⁽¹⁾	1.417.081	2.230.793	1.192.919	2.040.867
Outros impostos	123.939	61.675	104.648	53.430
	2.543.946	3.402.355	2.120.284	3.037.004

Classificado:

Circulante	1.605.494	1.282.415	1.381.853	1.129.584
Não Circulante	938.452	2.119.940	738.431	1.907.420
	2.543.946	3.402.355	2.120.284	3.037.004

1. Refere-se principalmente a PIS/COFINS, ICMS a recuperar e imposto de renda e contribuição social a compensar. Em 20 de setembro de 2018 transitou em julgado o Mandado de Segurança e Recurso Especial impetrado em 2006, no qual são partes CSN e União Federal, relacionado à discussão acerca da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo sido confirmado o direito da CSN de compensar os valores indevidamente recolhidos em decorrência da base de PIS e COFINS estar majorada pela inclusão do ICMS no período de 2001 a 2014.

Prática Contábil

O saldo dos tributos a recuperar mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados nos próximos 12 meses, assim como com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração, não prevê riscos de não realização desses créditos tributários, desde que as projeções orçamentárias se concretizem.

9. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os grupos de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais (nota 20)			325.117	328.371			221.016	224.300
Créditos junto a PGFN ⁽¹⁾				46.774				46.774
Despesas antecipadas	136.527	107.428	115.636	126.213	94.782	82.664	98.031	110.099
Despesa antecipada com frete ⁽²⁾	74.500	96.305						
Ativo atuarial (nota 30)			13.819	13.714			1.803	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14 I)		1.364		4.203				4.203
Títulos para negociação (nota 14 I)	5.065	4.034			4.927	3.875		
Empréstimos com partes relacionadas (notas 14 I e 22 b)			966.050	846.300	53.718		1.007.677	883.394
Outros créditos com partes relacionadas (nota 22 b)	6.242	1.830	664.020	428.672	5.717	14.770	900.200	674.800
Outros títulos a receber (nota 14 I)			2.445	7.059			1.003	1.109
Empréstimo compulsório da Eletrobrás (nota 14 I) ⁽³⁾			852.532	845.284			851.713	844.438
Dividendos a receber (nota 22 b)	38.088	44.554			329.413	33.447		
Débitos de empregados	28.054	33.045			16.600	20.657		
Recebíveis por indenização ⁽⁴⁾			517.183				517.183	
Outros	79.338	102.021	146.245	146.525	419	17.979	146.244	146.525
	367.814	390.581	3.603.047	2.793.115	505.576	173.392	3.744.870	2.935.642

1. Em setembro de 2020 a Companhia reclassificou o montante para depósitos judiciais.
2. Refere-se a pagamento de despesas com frete e seguro marítimo sobre receitas de vendas não reconhecidas.
3. Trata-se principalmente de valor líquido, certo e exigível, oriundo do trânsito em julgado de decisão judicial favorável à Companhia, a qual é irretratável e irrevogável, no sentido de aplicar o posicionamento consolidado do STJ sobre o tema, que culminou na condenação da Eletrobrás ao pagamento dos corretos juros e correção monetária do Empréstimo Compulsório. O referido trânsito em julgado, bem como a certeza e segurança sobre valores envolvidos na liquidação de sentença (procedimento judicial para requerer a satisfação do direito), permitiram a conclusão de que a entrada desse valor é certa. Além deste valor já contabilizado, a Companhia continua buscando alternativas para a recuperação de créditos adicionais, ainda não contabilizados, cuja estimativa pode atingir um valor superior a R\$350 milhões.
4. Trata-se de um valor líquido, certo e exigível, oriundo do trânsito em julgado de decisão judicial favorável à Companhia, devido a perdas e danos decorrentes de afundamento de tensão no fornecimento de energia nos períodos de janeiro/1991 a junho/2002. Foram reconhecidos contabilmente no resultado do exercício em outras receitas e despesas operacionais o recebível por indenização no montante de R\$147.612 e no resultado financeiro o montante de R\$369.571. Vide notas 27 e 28, respectivamente.

10. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTOS

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos, conforme demonstrado a seguir:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Quantidade de ações detidas pela CSN (em unidades)	Participação no capital social (%)		Atividades principais
		31/12/2020	31/12/2019	
Participação direta em controladas: consolidação integral				
CSN Islands VII Corp.	20.001.000	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Inova Ventures ⁽¹⁾	50.000	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	1.540	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Steel S.L.U.	22.042.688	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A.(*)		100,00	100,00	Participações societárias
Sepetiba Tecon S.A.	254.015.052	99,99	99,99	Serviços portuários
Minérios Nacional S.A.	141.719.295	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Companhia Florestal do Brasil	66.354.391	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A.	195.454.162	99,99	99,99	Mineração de Estanho
Companhia Metalúrgica Prada	555.142.354	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Mineração S.A.	158.419.480	87,52	87,52	Mineração
CSN Energia S.A.	43.149	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	486.592.830	92,38	92,38	Logística ferroviária
Nordeste Logística S.A.	99.999	99,99	99,99	Serviços portuários
CSN Inova Ltd.		100,00	100,00	Assessoria e implementação de novos projetos de desenvolvimento
CSN Equipamentos S.A. ⁽²⁾			99,99	Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	4.669.986	99,99	100,00	Prestação de Serviços
CSN Cimentos S.A. ⁽³⁾	90	90,00		Fabricação e comercialização de cimentos
Participação indireta em controladas: consolidação integral				
Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.		100,00	100,00	Participações societárias e comercialização de produtos
Lusosider Aços Planos, S. A.		99,99	99,99	Siderurgia e participações societárias
CSN Resources S.A.		100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas		99,99	99,99	Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA		99,67	99,67	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM		99,67	99,67	Produção e comercialização de latas e atividades afins
CSN Steel Holdings 1, S.L.U.		100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Productos Siderúrgicos S.L.		100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Stalhtwerk Thüringen GmbH		100,00	100,00	Produção e comercialização de aços longos e atividades afins
CSN Steel Sections UK Limited ⁽⁴⁾			100,00	Comercialização de aços longos
CSN Steel Sections Polska Sp.Z.o.o		100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Mining Holding, S.L		87,52	87,52	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Mining GmbH		87,52	87,52	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Mining Asia Limited		87,52	87,52	Representação comercial
Lusosider Ibérica S.A.		100,00	100,00	Siderurgia, atividades comerciais e industriais, e participações societárias.
CSN Mining Portugal, Unipessoal Lda.		87,52	87,52	Comercialização e representação de produtos.
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC		100,00	100,00	Importação e distribuição/revenda dos produtos
CSN Cimentos S.A. ⁽³⁾	10	10,00		Fabricação e comercialização de cimentos
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-operation: consolidação proporcional				
Itá Energética S.A.	253.606.846	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava		17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial				
MRS Logística S.A. ⁽⁵⁾	63.377.198	18,64	18,64	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.		31,82	31,82	Companhia dormente
Transnordestina Logística S.A. ⁽⁶⁾	24.670.093	47,26	47,26	Logística ferroviária
Equimac S.A. ⁽²⁾	1.117	50,00		Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial				
MRS Logística S.A. ⁽⁵⁾		16,30	16,30	Transporte ferroviário
Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial				
Arvedi Metalfar do Brasil S.A.	49.074.882	20,00	20,00	Metalurgia e participações societárias
Fundos Exclusivos Participação direta: consolidação integral				
Diplic II - Fundo de investimento multimercado crédito privado		100,00	100,00	Fundo de investimento
Caixa Vértice - Fundo de investimento multimercado crédito privado		100,00	100,00	Fundo de investimento
VR1 - Fundo de investimento multimercado crédito privado		100,00	100,00	Fundo de investimento

(*) Companhias dormentes.

- Em 29 de junho de 2020 a CSN Islands XI Corp. alterou a denominação social para CSN Inova Ventures.
- Em 26 de junho de 2020 a CSN Equipamentos S.A. teve sua denominação social alterada para Equimac S.A e seu capital social aumentado pela empresa Unidas Guindastes Eireli. Com esse aumento de capital, a participação da CSN no capital social da Equimac passou a ser de 50% e foi classificada como joint-venture.
- Empresa adquirida em 02 de outubro de 2020.
- Empresa liquidada em 11 de março de 2020.
- Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía diretamente 63.377.198 ações, sendo 26.611.282 ordinárias e 36.765.916 preferenciais, e indiretamente 63.338.872 ações, sendo 25.802.872 ordinárias e 37.536.000 preferenciais da empresa MRS Logística S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 24.168.304 ações ordinárias, 501.789 ações preferenciais Classe B.

10.a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

As quantidades de ações, os saldos do ativo e passivo, patrimônio líquido e os valores de lucro/(prejuízo) do período referem-se à participação detida pela CSN nessas empresas.

Empresas	31/12/2020				31/12/2019			
	Participação no				Participação no			
	Patrimônio		Lucro		Patrimônio		Lucro	
	Ativo	Passivo	líquido / (prejuízo) líquido	líquido / (prejuízo) do período	Ativo	Passivo	líquido / (prejuízo) líquido	líquido / (prejuízo) do período
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial								
Controladas								
CSN Islands VII Corp.	481.327	2.979.749	(2.498.422)	(651.215)	361.540	2.208.748	(1.847.208)	(198.112)
CSN Inova Ventures	9.534.299	10.244.025	(709.726)	(475.447)	3.997.823	4.232.102	(234.279)	(102.641)
CSN Islands XII Corp.	2.497.173	5.203.776	(2.706.603)	(889.471)	2.219.057	4.036.189	(1.817.132)	(339.727)
CSN Steel S.L.U.	4.522.589	28.642	4.493.947	411.236	3.642.029	135.672	3.506.357	(49.406)
Sepetiba Tecon S.A.	731.294	431.801	299.493	(3.760)	719.750	406.738	313.012	(4.422)
Minérios Nacional S.A.	292.708	152.438	140.270	59.463	141.442	52.275	89.167	17.495
Valor Justo - Minérios Nacional S.A.			2.123.507				2.123.507	
Estanho de Rondônia S.A.	103.484	131.596	(28.112)	(18.168)	49.860	59.804	(9.944)	(14.685)
Companhia Metalúrgica Prada	750.130	603.654	146.476	(34.704)	735.887	589.658	146.229	60.662
CSN Mineração S.A.	17.166.329	7.887.964	9.278.992	3.527.825	13.888.599	5.698.541	8.190.058	3.207.097
CSN Energia S.A.	130.642	83.718	46.924	(4.996)	98.866	37.306	61.560	12.854
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	471.952	254.510	217.442	(35.762)	500.984	247.780	253.204	(54.576)
Companhia Florestal do Brasil	52.073	2.526	49.547	(2.372)	52.939	19.586	33.353	(533)
Nordeste Logística S.A.	69	55	14	(8)	82	60	22	(7)
CSN Equipamentos S.A.					1		1	
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	118.553	98.231	20.322	2.935	82.332	70.942	11.390	7.422
Ágio - CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura			15.225				15.225	
	36.852.622	28.102.685	10.889.296	1.885.556	26.491.191	17.795.401	10.834.522	2.541.421
Joint-venture e Joint-operation								
Itá Energética S.A.	268.447	17.365	251.082	9.915	259.777	16.255	243.522	5.995
MRS Logística S.A.	2.088.151	1.284.265	803.886	80.205	2.073.125	1.308.439	764.686	93.822
Transnordestina Logística S.A.	4.657.691	3.497.587	1.160.104	(28.952)	4.398.434	3.209.378	1.189.056	(17.100)
Fair Value (*) - Transnordestina			271.116				271.116	
Equimac S.A.	7.536	301	7.235	(329)				
	7.021.825	4.799.518	2.493.423	60.839	6.731.336	4.534.072	2.468.380	82.717
Coligada								
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	40.528	32.490	8.038	(6.765)	44.435	31.712	12.723	(1.682)
	40.528	32.490	8.038	(6.765)	44.435	31.712	12.723	(1.682)
Classificados como valor justo através do resultado (nota 14 II)								
Panatlântica			59.879				47.300	
			59.879				47.300	
Outros Investimentos								
Lucros nos estoques de controladas			(55.543)	(36.980)			(18.563)	97.811
Outros			63.538	(9.964)			63.538	170
			7.995	(46.944)			44.975	97.981
Total dos investimentos			13.458.631	1.892.686			13.407.900	2.720.437
Classificação dos investimentos no balanço patrimonial								
Investimentos no ativo			19.401.494				17.316.463	
Investimentos com passivo a descoberto			(5.942.863)				(3.908.563)	
			13.458.631				13.407.900	

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o saldo líquido de R\$271.116 refere-se ao Fair Value gerado na perda do controle da Transnordestina Logística S.A. no montante de R\$659.105 e impairment de R\$387.989.

As quantidades de ações, os saldos do ativo e passivo, patrimônio líquido e os valores de lucro/(prejuízo) do exercício referem-se à participação detida pela CSN nessas empresas.

10.b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial dos investimentos	3.482.974	5.630.613	17.316.463	20.232.005
Saldo inicial de provisão para perdas			(3.908.563)	(3.258.138)
Total	3.482.974	5.630.613	13.407.900	16.973.867
Aumento de capital / aquisições ações	3.400	27.909	60.361	66.621
Dividendos ⁽¹⁾	(82.642)	(94.603)	(2.496.422)	(4.166.291)
Resultados abrangentes ⁽²⁾	6.895	(2.592)	581.514	31.441
Resultado equivalência patrimonial ⁽³⁾	124.324	175.524	1.892.686	2.720.437
Atualização de ações VJR (nota 14 II)	12.579	(118.780)	12.579	(118.780)
Reclassificação ações Usiminas		(2.114.620)		(2.114.620)
Ágio Aquisição 50% CBSI				15.225
Consolidação CBSI		(8.775)		
Amortização valor justo - Investimento MRS	(11.747)	(11.747)		
Outros	123	45	13	
Saldo dos investimentos	3.535.906	3.482.974	19.401.494	17.316.463
Saldo de provisão p/ investimentos com passivo a descoberto			(5.942.863)	(3.908.563)
Total	3.535.906	3.482.974	13.458.631	13.407.900

- Em 2020, refere-se principalmente a dividendos da controlada CSN Mineração S.A. no montante de R\$2.437.482 (R\$4.060.816 em 31 de dezembro 2019).
- Refere-se a conversão para moeda de apresentação dos investimentos no exterior cuja moeda funcional não é o Real, ganho/perda atuarial e reflexo e ganho/perda de *hedge* de investimentos reflexo de investimentos avaliados por equivalência patrimonial.
- A conciliação do resultado de equivalência patrimonial das empresas com controle compartilhado classificadas como *joint-venture* e coligadas e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da CSN com essas empresas:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Resultado equivalência de coligada e joint-venture		
MRS Logística S.A.	160.370	187.597
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura ⁽¹⁾		6.695
Transnordestina Logística S.A.	(28.952)	(17.100)
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.	(6.765)	(1.682)
Equimac S.A.	(329)	
Outros		14
	124.324	175.524
Eliminações		
Para Custos Produtos Vendidos	(46.751)	(57.908)
Para Impostos	15.895	19.689
Outros		
Amortização Valor Justo - Invest. MRS	(11.747)	(11.747)
Outros	(9.966)	157
Resultado de equivalência ajustado	71.755	125.715

- Refere-se ao resultado de equivalência patrimonial até 30 de novembro de 2019, a partir desta data, a joint-venture passou a ser controlada e consolidada, conforme nota explicativa 10 c.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10.c) Informações adicionais sobre empresas controladas operacionais

Com o objetivo primário de reduzir a alavancagem financeira da Companhia, a Administração está empenhada em executar um plano de alienação de um conjunto de ativos, no qual são considerados diversos cenários de venda que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais. Entretanto, por não ser possível confirmar que as transações sejam prováveis de ocorrer dentro de um período de 12 meses, a Companhia não segregou e não reclassificou tais ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31/IFRS 5.

- SEPETIBA TECON S.A. ("Tecon")

Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres n.º 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística S. A. Os serviços prestados são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, produtos siderúrgicos e cargas em geral, entre outros produtos e serviços de lavagem, manutenção e higienização de contêineres.

A Tecon foi vencedora do procedimento licitatório, tendo celebrado o contrato de arrendamento em 23 de outubro de 1998 para a exploração do terminal portuário pelo prazo de 25 anos, prorrogáveis por igual período.

Na extinção do contrato de arrendamento, retornarão à União todos os direitos e benefícios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações.

- ESTANHO DE RONDÔNIA S.A. ("ERSA")

Sediada no Estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapuã do Oeste/RO e outra em Ariquemes/RO. Em Itapuã do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico, que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas.

- COMPANHIA METALÚRGICA PRADA ("Prada")

A Prada atua em dois segmentos: embalagens metálicas de aço e processamento e distribuição de aços planos.

Embalagens

No segmento de embalagens metálicas de aço, a Prada produz o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício, fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

Distribuição

A Prada atua também na área de processamento e distribuição de aços planos, com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, *blanks*, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. É também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País.

- CSN ENERGIA S.A.

Tem como objetivo principal a comercialização de energia elétrica para suprir as necessidades operacionais da sua Controladora e das suas respectivas subsidiárias. Caso haja excedente da energia adquirida, a mesma é vendida para o mercado através da CCEE ("Câmara de Comercialização de Energia Elétrica"). A sede social da empresa está localizada no Rio de Janeiro.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("FTL")

Sociedade criada com a finalidade de incorporar a parcela cindida da Transnordestina Logística S.A. Explora serviços públicos de transporte ferroviário de cargas da malha nordeste do Brasil, nos trechos entre as cidades de São Luís e Altos, Altos e Fortaleza, Fortaleza e Sousa, Sousa e Recife/Jorge Lins, Recife/Jorge Lins e Salgueiro, Jorge Lins e Propriá, Paula Cavalcante e Cabedelo (Ramal de Cabedelo) e Itabaiana e Macau (Ramal de Macau) ("Malha I")

Em 13 de novembro de 2019, a CSN subscreveu ações da FTL mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 27.670, passando sua participação no capital social da FTL de 91,69% para 92,38%. Em decorrência das operações descritas acima que ocasionaram variação na participação dos acionistas, a Companhia registrou uma perda no montante de R\$293, registrada no patrimônio líquido em "Outros resultados abrangentes" Não ocorreu alteração na estrutura societária em 2020.

- CSN MINERAÇÃO S.A. ("CSN Mineração")

Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a CSN Mineração S.A. tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. A partir de 30 de novembro de 2015, a CSN Mineração S.A. passou a centralizar as operações de mineração da CSN, incluindo os estabelecimentos da mina de Casa de Pedra, do porto TECAR e participação de 18,63% na MRS. A participação da CSN nessa controlada é de 87,52% em 31 de dezembro de 2020.

- MINÉRIOS NACIONAL S.A. ("Minérios Nacional")

Sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a Minérios Nacional tem por objetivo principal a produção e a venda de minério de ferro. A controlada concentra os ativos de direitos minerários relativos às minas de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas, todas em Minas Gerais transferidos para a Minérios Nacional S.A. na operação de combinação de negócios ocorrida em 2015.

- CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA ("CBSI")

Situada na cidade de Araucária-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros.

O investimento é resultado de uma joint venture constituída entre a CSN e a CKTR Brasil Serviços Ltda. em 2011 a qual detinha 50% de participação. Em 29 de novembro de 2019 a Companhia concluiu a aquisição dos outros 50% do capital da empresa CBSI – Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura ("CBSI"), por R\$24.000, se tornando controladora de 100% das ações.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição foi de R\$ 15.225 e encontra-se alocado em conta separada no grupo de investimentos, no ativo não circulante.

10.d) Investimentos em empresas controladas em conjunto (joint ventures) e em operações em conjunto (joint operations)

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% dos resultados das empresas:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Participação (%)	31/12/2020				31/12/2019		
	Joint-Venture		Joint-Operation		Joint-Venture		Joint-Operation
	MRS Logística	Transnordestina Logística	Equimac S.A.	Itá Energética	MRS Logística	Transnordestina Logística	Itá Energética
	34,94%	47,26%	50,00%	48,75%	34,94%	47,26%	48,75%
Balanco Patrimonial							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	1.206.484	1.390	1.351	48.919	670.296	17.166	65.793
Adiantamento a fornecedores	27.312	1.948		742	20.100	3.240	363
Outros ativos circulantes	823.204	51.793	2.356	89.521	1.326.281	59.405	15.955
Total ativo circulante	2.057.000	55.131	3.707	139.182	2.016.677	79.811	82.111
Ativo não circulante							
Outros ativos não circulantes	608.878	225.492		20.807	789.562	258.391	24.361
Investimentos, Imobilizado e Intangível	8.537.009	9.574.588	11.365	390.672	8.316.033	8.968.447	426.403
Total ativo não circulante	9.145.887	9.800.080	11.365	411.479	9.105.595	9.226.838	450.764
Total do Ativo	11.202.887	9.855.211	15.072	550.661	11.122.272	9.306.649	532.875
Passivo circulante							
Empréstimos e financiamentos	828.439	241.029			653.784	103.877	
Passivos de arrendamento	317.526				256.034		
Outros passivos circulantes	1.117.975	125.794	602	19.721	1.561.684	171.821	16.793
Total passivo circulante	2.263.940	366.823	602	19.721	2.471.502	275.698	16.793
Passivo não circulante							
Empréstimos e Financiamentos	2.162.657	6.368.070			2.369.615	6.084.424	
Passivos de arrendamento	1.674.594				1.650.758		
Outros passivos não circulantes	788.862	665.653		15.900	527.871	430.603	16.550
Total passivo não circulante	4.626.113	7.033.723		15.900	4.548.244	6.515.027	16.550
Patrimônio líquido	4.312.834	2.454.665	14.470	515.040	4.102.526	2.515.924	499.532
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	11.202.887	9.855.211	15.072	550.661	11.122.272	9.306.649	532.875

Participação (%)	01/01/2020 a 31/12/2020				01/01/2019 a 30/11/2019	01/01/2019 a 31/12/2019		
	Joint-Venture		Joint-Operation			Joint-Venture		Joint-Operation
	MRS Logística	Transnordestina Logística	Equimac S.A.	Itá Energética	CBSI	MRS Logística	Transnordestina Logística	Itá Energética
	34,94%	47,26%	50,00%	48,75%	50,00%	34,94%	46,30%	48,75%
Demonstrações de Resultados								
Receita Líquida	3.604.965	35	2.308	173.426	267.436	3.200.809		163.048
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(2.521.991)		(2.386)	(74.048)	(233.830)	(2.382.828)		(83.129)
Lucro Bruto	1.082.974	35	(78)	99.378	33.606	817.981		79.919
(Despesas) e Receitas Operacionais	(105.267)	(42.108)	(576)	(67.885)	(12.328)	207.840	(18.077)	(62.660)
Resultado Financeiro Líquido	(330.756)	(19.186)	(4)	(764)	(1.460)	(268.089)	(18.386)	1.183
Lucro antes do IR/CSL	646.951	(61.259)	(658)	30.729	19.818	757.732	(36.463)	18.442
IR / CSL correntes e diferidos	(216.649)			(10.391)	(6.428)	(254.378)		(6.147)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	430.302	(61.259)	(658)	20.338	13.390	503.354	(36.463)	12.295

• ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ("ITASA")

A ITASA é uma sociedade anônima constituída em julho de 1996, que tem por objetivo explorar, em regime de concessão, a Usina Hidrelétrica de Itá - UHE Itá ("UHE Itá"), com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, na fronteira dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A concessão da UHE Itá é compartilhada com a ENGIE Brasil Energia S.A., sendo a participação da CSN na ITASA de 48,75%.

• MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS")

Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente.

A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

A Companhia detém diretamente participação de 18,64% no capital social da MRS e indiretamente, por meio de sua controlada CSN Mineração S.A., participação de 16,30% no capital social da MRS, totalizando uma participação de 34,94%.

- **CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA**

A Usina Hidrelétrica de Igarapava está localizada em Rio Grande, na cidade de Conquista – MG, e possui capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo.

A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2020 é de R\$21.287 (R\$22.441 em 31 de dezembro de 2019) e o valor da despesa em 2020 foi de R\$6.611 (R\$6.497 em 2019).

10.e) TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. (“TLSA”)

Tem como objetivo principal a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos de Eliseu Martins-Trindade, Trindade-Salgueiro, Salgueiro-Porto Suape, Salgueiro - Missão Velha e Missão Velha – Pecém (Malha II).

Encontra-se em fase pré-operacional, devendo assim permanecer até a conclusão da Malha II. O cronograma aprovado, que previa o término da obra para janeiro de 2017, está atualmente em discussão junto aos órgãos responsáveis, conforme descrito no item 31.b. Sua Administração entende que novos prazos para a conclusão do projeto não implicarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento.

Em maio de 2019 o Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR transferiu para a CSN, BNDES e BNDESPAR, 1.677.816 (um milhão seiscentas e setenta e sete mil e oitocentas e dezesseis) ações preferencias nominativas classe “B, das quais 501.789 (quinhentas e uma mil, setecentas e oitenta e nove) ações foram transferidas especificamente para a CSN. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a participação da Companhia no capital da TLSA é de 47,26% do capital total e de 92,60% do capital votante.

A Administração conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, conforme descrito no item 31.b, os quais espera que estejam disponíveis, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas. Após avaliação deste assunto, a Administração concluiu como adequado o uso da base contábil de continuidade operacional do projeto na elaboração das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Neste sentido, a TLSA realizou um teste de recuperabilidade de seus ativos próprios de longa duração utilizando-se do método do fluxo de caixa descontado. Para a realização do teste, a TLSA adotou as seguintes principais premissas:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Mensuração do Valor Recuperável:

Projeção do fluxo de caixa	Até 2057
Margem bruta	Estimada com base em estudo de mercado para captura de cargas e custos operacionais conforme estudos de tendências de mercado
Estimativa de custos	Custos baseados em estudo e tendências de mercado
Taxa de crescimento na perpetuidade	Não foi considerada taxa de crescimento em decorrência do modelo projetar até o final da concessão.
Taxa de desconto	Varia de 5,83% a 7,41% em termos reais

Adicionalmente, a CSN, como investidora, realizou o seu teste de recuperabilidade da sua participação na TLSA através da capacidade de distribuição de dividendos pela TLSA, metodologia conhecida como Dividend Discount Model, ou DDM, para remunerar o capital investido por seus acionistas. Para a realização desse teste, alguns fatores foram levados em consideração, tais como:

- O fluxo de dividendos foi extraído do fluxo de caixa nominal da TLSA;
- O fluxo de dividendos foi calculado considerando-se os percentuais de participação anuais, considerando-se as diluições da participação da CSN decorrentes da amortização de dívidas;
- Esse fluxo de dividendos foi então descontado a valor presente usando-se o custo do capital próprio (Ke) embutido na taxa WACC da TLSA; e
- Esse Ke extraído foi aquele calculado na “rolling WACC” da TLSA.

Em virtude do compartilhamento dos riscos dos investidores e pelo fato do ativo que está sendo testado representar a própria unidade geradora de caixa, que por sua vez iguala-se à entidade legal, o risco determinado pela Administração da CSN é o mesmo aplicado pela TLSA quando da avaliação do investimento dos seus próprios ativos, não cabendo fator de risco adicional ao modelo.

Como resultado do teste efetuado, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* desse investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

- EQUIMAC S.A.

Em agosto de 2019 foi constituída a CSN Equipamentos S.A., que teve sua denominação social alterada para Equimac S.A. (“Equimac”) em 26 de junho de 2020. A *joint venture* Equimac foi constituída a partir de uma parceria entre Unidas Guindastes Eireli e CSN, cada uma com a participação de 50% em seu capital social. A Equimac fica situada na cidade de São Paulo e tem como objetivo principal o aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais.

10.f) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior

- STAHLWERK THÜRINGEN GMBH (“SWT”)

A SWT foi constituída a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhütte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha. A SWT produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria-prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano. A SWT é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel S.L.U., subsidiária da CSN.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL – LLC (“CSN LLC”)

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., a CSN LLC, planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização, sua capacidade instalada de produção é de 800 mil toneladas/ano. A CSN LLC é controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel S.L.U. após fusão, anteriormente CSN Americas S.L.U., subsidiária da CSN.

Em 05 de junho de 2018 a CSN LLC teve sua razão social alterada para “Heartland Steel Processing, LLC”. Na mesma data, foi constituída nova sociedade, sob a denominação de “Companhia Siderúrgica Nacional, LLC”, subsidiária integral da Heartland Steel Processing, LLC. Em 28 de junho de 2018 a Companhia Siderúrgica Nacional, LLC., passou a ser subsidiária integral da CSN Steel, e, em 29 de junho de 2018, a Heartland Steel Processing, LLC. foi vendida para a Steel Dynamics, Inc. (“SDI”) pelo preço base de transação de US\$ 400 milhões.

A nova “Companhia Siderúrgica Nacional, LLC” é uma importadora e comercializadora de produtos de aço e mantém suas atividades nos Estados Unidos.

- LUSOSIDER AÇOS PLANOS, S.A. (“Lusosider”)

Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Lusosider dispõe de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e chapa oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

10.g) Outros investimentos

- PANATLÂNTICA S. A. (“Panatlântica”)

Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento é classificado a valor justo através do resultado.

A Companhia detém atualmente 11,31% em 31 de dezembro de 2020 e 2019) do capital social total da Panatlântica.

- USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS (“USIMINAS”)

A USIMINAS possui sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. Também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna/MG, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do país, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Em 09 de abril de 2014, o CADE proferiu decisão a respeito das ações da Usiminas detidas pela CSN, tendo a CSN firmado um Termo de Compromisso de Desempenho (“TCD”), com o CADE a respeito. Nos termos da decisão do CADE e do TCD, a CSN deve reduzir sua participação na USIMINAS, dentro de um prazo especificado. O prazo e o percentual de redução são confidenciais. Além disso, os direitos políticos na Usiminas continuarão suspensos até que a Companhia alcance os limites estabelecidos no TCD.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em dezembro de 2019 a Companhia optou por reclassificar o investimento mensurado a valor justo através do resultado para o ativo circulante mediante nova decisão da Administração em relação a manutenção das ações alinhada à sua estratégia de venda de ativos.

A USIMINAS é listada na bolsa de valores de São Paulo ("B3 S.A.": USIM3 e USIM5).

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro 2019 a participação da Companhia no capital da USIMINAS era de 15,19% nas ações ordinárias e 20,29% nas ações preferenciais.

- **ARVEDI METALFER DO BRASIL S.A. ("Arvedi")**

Empresa com foco na produção de tubos, com sede em Salto-SP. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a CSN possuía 20,00% de participação no capital social da Arvedi.

Prática Contábil

Equivalência Patrimonial e Consolidação

Aplica-se o método de equivalência patrimonial para sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas. Demais investimentos são mantidos ao valor justo ou custo.

Controladas: São entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa em suas políticas financeiras e operacionais e/ou potenciais direitos de voto exercíveis ou conversíveis. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas na data em que o controle cessa.

Controladas em Conjunto: são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado contratualmente convencionado com uma ou mais partes podendo ser classificadas das seguintes formas:

Operações em conjunto (*joint operations*): são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia..

Empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*): são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

Coligadas: são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são inicialmente reconhecidos pelo custo e subsequentemente mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Fundos exclusivos

Os fundos exclusivos são fundos de investimento constituídos apenas pela CSN, possibilitando a alocação de recursos de forma mais personalizada e de acordo com intenção da Companhia, são administrados pelo BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Transações entre controladas, coligadas, *joint-ventures* e *joint-operations*

Os saldos e ganhos não realizados em transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas são eliminados proporcionalmente a participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, onde são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Transações e saldos em moedas estrangeiras

São convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Os adiantamentos realizados em moedas estrangeiras são registrados pela taxa de câmbio da data que a entidade efetua os pagamentos ou recebimentos antecipados, reconhece (data de transação) como ativo não monetário ou passivo não monetário.

Teste de *impairment fair-value*

Os investimento são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

10.h) Propriedades para investimento:

O saldo de propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2020 está demonstrado abaixo:

	Consolidado			Controladora		
	Terrenos	Edificações	Total	Terrenos	Edificações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	68.877	32.318	101.195	65.698	20.030	85.728
Custo	68.877	53.816	122.693	65.698	41.528	107.226
Depreciação acumulada		(21.498)	(21.498)		(21.498)	(21.498)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	68.877	32.318	101.195	65.698	20.030	85.728
Aquisição	28.733	32.864	61.597	28.733	32.864	61.597
Depreciação		(2.786)	(2.786)		(2.194)	(2.194)
Baixa		(132)	(132)		(132)	(132)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	97.610	62.264	159.874	94.431	50.568	144.999
Custo	97.610	86.548	184.158	94.431	74.260	168.691
Depreciação acumulada		(24.284)	(24.284)		(23.692)	(23.692)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	97.610	62.264	159.874	94.431	50.568	144.999

A estimativa da Administração da Companhia do valor justo das propriedades para investimento foi realizada para 31 de dezembro de 2020 em R\$ 1.863.563 (R\$1.781.019 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado e R\$ 1.795.553 na controladora (R\$1.713.831 em 31 de dezembro de 2019).

As médias de vidas úteis estimadas para os exercícios são as seguintes (em anos):

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Edificações	27	21	28	21

Prática Contábil

As propriedades para investimento da Companhia consistem-se de terrenos e edificações mantidos para auferir rendas de aluguel e valorização do capital. O método de mensuração utilizado é o do custo de aquisição ou construção reduzido da depreciação acumulada e redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação das edificações acumulada é

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

calculada pelo método linear com base na vida útil estimada das propriedades sujeitas à depreciação. Os terrenos não são depreciados por terem vida útil indefinida.

11. IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Direito de Uso (i)	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	226.949	3.062.238	12.603.619	28.455	3.217.052	472.345	90.286	19.700.944
Custo	226.949	4.250.471	24.372.514	170.229	3.217.052	531.044	386.144	33.154.403
Depreciação acumulada		(1.188.233)	(11.768.895)	(141.774)		(58.699)	(295.858)	(13.453.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	226.949	3.062.238	12.603.619	28.455	3.217.052	472.345	90.286	19.700.944
Efeito de ajuste de conversão	30.271	57.838	186.591	2.416	4.727	4.329	1.823	287.995
Aquisições	654	865	122.744	874	1.583.054	49.934	4.156	1.762.281
Juros capitalizados ⁽¹⁾ (notas 28 e 33)					92.506			92.506
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 27)	(188)		(3.073)	(33)	(9)	(7.318)	(2.377)	(12.998)
Depreciação (nota 26)	(458)	(780.395)	(1.564.525)	(6.747)		(62.680)	(24.517)	(2.439.322)
Transferência entre categorias de ativos	458	67.574	1.112.024	1.338	(1.212.373)		30.979	
Transferências para intangível					(4.633)			(4.633)
Remensuração do Direito de Uso						60.058		60.058
Atualização ARO (Asset retirement obligation)		269.445						269.445
Outros			3	(6)	(2)		(48)	(53)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	257.686	2.677.565	12.457.383	26.297	3.680.322	516.668	100.302	19.716.223
Custo	257.686	4.752.412	26.213.225	182.974	3.680.322	634.786	414.705	36.136.110
Depreciação acumulada		(2.074.847)	(13.755.842)	(156.677)		(118.118)	(314.403)	(16.419.887)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	257.686	2.677.565	12.457.383	26.297	3.680.322	516.668	100.302	19.716.223

	Controladora							
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Direito de Uso (i)	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.408	1.023.454	7.596.294	10.473	1.536.581	44.173	24.701	10.266.084
Custo	30.408	1.309.542	14.333.445	98.103	1.536.581	66.435	131.753	17.506.267
Depreciação acumulada		(286.088)	(6.737.151)	(87.630)		(22.262)	(107.052)	(7.240.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.408	1.023.454	7.596.294	10.473	1.536.581	44.173	24.701	10.266.084
Aquisições			30.662	13	813.656	25.890	78	870.299
Juros capitalizados ⁽¹⁾ (notas 28 e 33)					29.612			29.612
Baixas e perdas estimadas, líquidas de reversão (nota 27)	(188)					(4.240)		(4.428)
Depreciação (nota 26)		(34.084)	(814.842)	(2.167)		(22.371)	(5.081)	(878.545)
Transferência entre categorias de ativos		3.507	712.261	78	(723.381)		7.535	
Transferência para intangível					(4.000)			(4.000)
Aumento de capital em controlada com ativos	(1.267)	(28.307)	(5.377)					(34.951)
Remensuração do Direito de Uso						21.207		21.207
Atualização ARO (Asset retirement obligation)		49.972						49.972
Outros			474					474
Saldo em 31 de dezembro de 2020	28.953	1.014.542	7.519.472	8.397	1.652.468	64.659	27.233	10.315.724
Custo	28.953	1.333.345	15.039.880	98.193	1.652.468	107.528	139.806	18.400.173
Depreciação acumulada		(318.803)	(7.520.408)	(89.796)		(42.869)	(112.573)	(8.084.449)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	28.953	1.014.542	7.519.472	8.397	1.652.468	64.659	27.233	10.315.724

(*) Referem-se substancialmente: i) no quadro do consolidado: ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos, minas e dormentes; e ii) no quadro da controladora: na categoria de benfeitorias em bens de terceiros, veículos e hardwares.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(1) O custo dos juros capitalizados são apurados, basicamente, para os projetos da Mineração que referem substancialmente à expansão de Casa de Pedra (MG) e do TECAR (RJ) - vide notas 28 e 33. A taxa média utilizada para a capitalização de juros dos projetos não específicos no período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 5,62% a.a. (6,58% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

(i) Direito de uso

Abaixo as movimentações do direito de uso reconhecidos em 31 de dezembro de 2020:

	Consolidado				
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	380.566	64.154	24.144	3.481	472.345
Custo	401.746	73.344	39.455	16.499	531.044
Depreciação acumulada	(21.180)	(9.190)	(15.311)	(13.018)	(58.699)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	380.566	64.154	24.144	3.481	472.345
Efeito de ajuste de conversão		988	294	3.047	4.329
Adição	9.039	4.561	23.720	12.614	49.934
Remensuração	34.645	3.827	21.557	29	60.058
Depreciação	(24.467)	(983)	(14.211)	(23.019)	(62.680)
Baixas	(6.580)	(399)		(339)	(7.318)
Transferência entre categorias de ativos	(188)	(6.062)	(3.558)	9.808	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	393.015	66.086	51.946	5.621	516.668
Custo	434.689	75.882	81.598	42.617	634.786
Depreciação acumulada	(41.674)	(9.796)	(29.652)	(36.996)	(118.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	393.015	66.086	51.946	5.621	516.668

	Controladora			
	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.145	13.580	448	44.173
Custo	37.719	25.719	2.997	66.435
Depreciação acumulada	(7.574)	(12.139)	(2.549)	(22.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.145	13.580	448	44.173
Adição	3.860	18.989	3.041	25.890
Remensuração	1.502	19.295	410	21.207
Depreciação	(10.311)	(9.782)	(2.278)	(22.371)
Baixas	(3.928)		(312)	(4.240)
Transferências para outras categorias de ativos	(187)		187	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	21.081	42.082	1.496	64.659
Custo	37.700	64.003	5.825	107.528
Depreciação acumulada	(16.619)	(21.921)	(4.329)	(42.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	21.081	42.082	1.496	64.659

As médias de vidas úteis estimadas para os exercícios são as seguintes (em anos):

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Edificações e infraestrutura ⁽¹⁾	34	38	42	41
Máquinas, equipamentos e instalações	20	21	21	22
Móveis e utensílios	12	12	13	12
Outros	10	14	12	14

(1) A diminuição no Consolidado foi ocasionada pela revisão das vidas úteis das infraestruturas de barragens em decorrência de obsolescência normal originada em 2020 pelo uso em 100% de seu processo produtivo a filtragem e empilhamento de rejeito a seco.

Prática Contábil

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos.

- **Juros capitalizados**

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção e ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros e em que data mesmos estejam prontos para determinarem suas funções de acordo com a forma pretendida pela Companhia.

- **Custos de Desenvolvimento de Novas Jazidas de Minério**

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

- **Gastos com Exploração**

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados.

- **Gastos de Remoção de Estéril**

Os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

- **Custos de Estéril**

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Neste caso, os custos são capitalizados e classificados no ativo não circulante e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

12. INTANGÍVEL

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado						Controladora			
	Ágio	Relações com Clientes	Software	Marcas e patentes	Direitos e Licenças (*)	Outros	Total	Software	Direitos e Licenças	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.606.156	246.139	53.859	153.103	3.170.960	1.564	7.231.781	48.052	4.086	52.138
Custo	3.846.563	585.407	171.152	153.103	3.189.789	1.564	7.947.578	131.795	4.088	135.883
Amortização acumulada	(131.077)	(339.268)	(117.293)		(18.829)		(606.467)	(83.743)	(2)	(83.745)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)						(109.330)			-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.606.156	246.139	53.859	153.103	3.170.960	1.564	7.231.781	48.052	4.086	52.138
Efeito de ajuste de conversão		94.998	584	62.429		638	158.649			
Aquisições e gastos			1.837				1.837			
Transferência do imobilizado			633		4.000		4.633		4.000	4.000
Amortização (nota 26)		(63.096)	(11.248)		(5.611)		(79.955)	(7.816)		(7.816)
Outros						(151)	(151)			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.606.156	278.041	45.665	215.532	3.169.349	2.051	7.316.794	40.236	8.086	48.322
Custo	3.846.563	823.540	182.059	215.532	3.193.787	2.051	8.263.532	131.795	8.088	139.883
Amortização acumulada	(131.077)	(545.499)	(136.394)		(24.438)		(837.408)	(91.559)	(2)	(91.561)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)						(109.330)			-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.606.156	278.041	45.665	215.532	3.169.349	2.051	7.316.794	40.236	8.086	48.322

(*) Composto principalmente por direitos minerários. A amortização é pelo volume de produção.

Os prazos de vida útil médios por natureza são os seguintes (em anos):

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Software	9	9	9	9
Relações com clientes	13	13		

Prática Contábil

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base na vida útil econômica de cada ativo, nos prazos estimados de exploração ou recuperação.

Direitos de Exploração mineral são classificados como direitos e licenças no grupo intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

12.a) Teste de redução ao valor recuperável de ágio (impairment)

Os ágios oriundos de expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e os ativos intangíveis com vida útil indefinida (marcas) foram alocados às divisões operacionais (UGCs) da CSN as quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos do Grupo. De acordo com o CPC 01(R1)/IAS36, quando uma UGC possui um ativo intangível sem vida útil definida alocado, a Companhia deve realizar um teste de impairment. As UGCs com ativos intangíveis nessa situação estão apresentadas a seguir:

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	Consolidado					
		Ágio		Marcas		Total	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Embalagens ⁽¹⁾	Siderurgia	158.748	158.748			158.748	158.748
Aços longos ⁽²⁾	Siderurgia	235.595	235.595	215.532	153.103	451.127	388.698
Mineração ⁽³⁾	Mineração	3.196.588	3.196.588			3.196.588	3.196.588
Outros Siderurgia ⁽⁴⁾	Siderurgia	15.225	15.225			15.225	15.225
		3.606.156	3.606.156	215.532	153.103	3.821.688	3.759.259

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(1) O ágio da Unidade Geradora de Caixa Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (impairment) no montante de R\$109.330, reconhecido em 2011.

(2) O ágio e a marca registrada no ativo intangível no segmento de aços longos deriva da combinação de negócios da Stahlwerk Thuringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections pela CSN e é considerado ativo com vida útil indefinida, pois se espera que contribua indefinidamente para os fluxos de caixa da Companhia.

(3) Refere-se ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela CSN Mineração S.A. concluída em dezembro de 2015, testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

(4) Em 29 de novembro de 2019, a CSN adquiriu a totalidade da participação detida pela CKTR Brasil Serviços Ltda., correspondente a 50% das ações da CBSI, passando a deter 100% do capital social da CBSI.

O teste de impairment do ágio e da marca inclui os ativos imobilizados dessas unidades geradoras de caixa além do saldo do ativo intangível. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso dessas unidades, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela Administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento ("Capex") futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2020 são as que seguem:

	Embalagem	Mineração	Outros Siderurgia	Aços Planos (*)	Logística (**)
Mensuração do valor recuperável	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado
Projeção do Fluxo de Caixa	Até 2030 + perpetuidade	Até 2064	Até 2030 + perpetuidade	Até 2030 + perpetuidade	Até 2027
Margem bruta	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos, incorporação dos impactos da reestruturação do negócio e tendências de mercado.	Reflete projeção de custos em função do avanço do plano de lavra assim como startup e ramp up de projetos. Preços e câmbio projetados conforme relatórios setoriais.	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos e tendências de mercado.	Atualização da margem bruta baseada em dados históricos e tendências de mercado.	Estimada com base em estudo de mercado para captura de cargas e custos operacionais conforme estudos de tendências de mercado
Atualização dos custos	Atualização dos custos baseados em dados históricos de cada produto e incorporação dos impactos da reestruturação do negócio.	Atualização dos custos baseados em dados históricos, avanço do plano de lavra assim como startup e ramp up de projetos	Atualização dos custos baseados em dados históricos e tendências de mercado.	Atualização dos custos baseados em dados históricos e tendências de mercado.	Custos baseados em estudo e tendências de mercado
Taxa de crescimento na perpetuidade	Sem crescimento.	Sem perpetuidade.	Sem crescimento.	Crescimento de 1,4% a.a. em termos reais atualizada pela inflação de longo prazo de 1,7% a.a. da zona do Euro.	Sem perpetuidade.
Taxa de Desconto	Para embalagem, o fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto em torno de 8% a.a. em termos reais. Para mineração, aços planos e outros siderurgia (CBSI), os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto entre 7% a 9,5% a.a. em termos nominais. Para logística, o fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto entre 5,87% até 6,40% a.a. em termos reais. A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") que reflete o risco específico de cada segmento.				

(*) referem-se aos ativos da controlada Lusosider, localizados em Portugal. A taxa de desconto foi aplicada sobre o fluxo de caixa descontado elaborado em Euros, moeda funcional desta subsidiária.

(**) referem-se aos ativos da controlada FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Para a controlada SWT aços longos, a mensuração do valor recuperável foi baseada no valor justo e classificada como Nível 3, com base nos inputs não observáveis que refletem as premissas que os participantes de mercado utilizariam para precificação, incluindo premissas de risco e taxa de desconto.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por impairment dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Prática Contábil

- **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições em combinação de negócio é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) ou a qualquer tempo quando as circunstâncias indicarem uma possível perda. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

- **Impairment de Ativos não Financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados e propriedades para investimento, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente a cada exercício para a análise de uma possível reversão do *impairment*.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado				Controladora			
	Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contratos de dívida em moeda estrangeira								
Juros variáveis em US\$								
Pré-Pagamento ⁽¹⁾	1.119.558	1.769.975	3.457.105	2.563.928	1.118.415	1.769.055	3.067.352	2.362.393
Juros fixos em US\$								
Bonds, Bonds Perpétuos e ACC ⁽²⁾	426.676	2.047.032	19.898.213	10.177.517	31.969	52.986		
Intercompany					475.035	1.549.329	12.971.249	7.344.014
Juros fixos em EUR								
Intercompany					9.132	655	1.595.775	1.241.360
Facility	326.970	223.204	143.503	147.241				
	1.873.204	4.040.211	23.498.821	12.888.686	1.634.551	3.372.025	17.634.376	10.947.767
Contratos de dívida em moeda nacional								
Títulos com juros variáveis em R\$								
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB ⁽³⁾	2.282.279	1.086.985	7.716.307	10.049.783	2.234.683	1.026.230	6.838.197	8.799.642
Títulos com juros fixos em R\$								
Intercompany		25.038			18.423	25.038		27.507
	2.282.279	1.112.023	7.716.307	10.049.783	2.253.106	1.051.268	6.838.197	8.827.149
Total de Empréstimos e Financiamentos	4.155.483	5.152.234	31.215.128	22.938.469	3.887.657	4.423.293	24.472.573	19.774.916
Custos de Transação e Prêmios de Emissão	(29.030)	(26.391)	(70.928)	(97.276)	(29.164)	(26.453)	(48.820)	(72.296)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação	4.126.453	5.125.843	31.144.200	22.841.193	3.858.493	4.396.840	24.423.753	19.702.620

(1) A Companhia renegotiou em 2020 parte da dívida de Pré-Pagamento no valor total de US\$311 milhões, postergando parte dos vencimentos de 2020 e 2021 para 2022.

(2) A Companhia emitiu em 2020 títulos representativos de dívida no mercado externo ("Notes"), por meio de sua controlada CSN Inova Ventures, com vencimento em 2028 e taxa de juros de 6,75% ao ano totalizando o valor de US\$ 1,3 bilhão, sendo US\$1 bilhão em janeiro e em novembro US\$300 milhões. Adicionalmente, utilizou parte dos recursos no valor de US\$263 milhões na oferta de recompra ("Tender Offer") dos Notes emitidos pela CSN Resources S.A em janeiro de 2020. Todas Notes mencionadas acima, são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia.

(3) Em junho de 2020 a Companhia renegotiou a rolagem da dívida com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$300 milhões, deslocando os vencimentos de 2020 para os exercícios de 2021, 2022 e 2023.

Na tabela a seguir demonstra a taxa média de juros:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020		31/12/2020	
	Taxa de juros média (i)	Dívida Total (R\$)	Taxa de juros média (i)	Dívida Total (R\$)
US\$	6,63%	24.901.552	3,18%	17.664.020
EUR	1,50%	470.473	3,88%	1.604.907
R\$	2,82%	9.998.586	2,77%	9.091.303
		35.370.611		28.360.230

(i) Para determinar a taxa média de juros dos contratos de dívida com taxas flutuantes, a Companhia utilizou as taxas aplicadas em 31 de dezembro de 2020. Na Controladora considera a taxa de juros dos contratos *intercompany*.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13.a) Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo circulante e não circulante

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2020			31/12/2020		
	Principal			Principal		
	Empréstimos em Moeda estrangeira	Empréstimos em Moeda nacional	Total	Empréstimos em Moeda estrangeira	Empréstimos em Moeda nacional	Total
2021	1.873.204	2.282.279	4.155.483	1.634.551	2.253.106	3.887.657
2022	2.683.224	2.859.423	5.542.647	6.213.799	2.531.166	8.744.965
2023	5.567.133	3.036.338	8.603.471	1.580.804	2.686.310	4.267.114
2024	178.033	1.238.275	1.416.308	4.395.831	1.038.460	5.434.291
2025		68.595	68.595	929.461	68.586	998.047
2026	3.118.021	68.587	3.186.608	1.627.317	68.587	1.695.904
Após 2026	6.755.710	445.089	7.200.799	2.887.164	445.088	3.332.252
Bonds Perpétuos	5.196.700		5.196.700			
	25.372.025	9.998.586	35.370.611	19.268.927	9.091.303	28.360.230

13.b) Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	27.967.036	28.827.074	24.099.460	24.161.596
Captações	8.116.247	10.149.381	2.502.457	6.798.683
Amortização principal	(6.448.658)	(11.775.093)	(2.907.845)	(7.431.176)
Pagamentos de encargos	(1.922.130)	(2.039.112)	(1.051.557)	(1.400.496)
Provisão de encargos (nota 28)	2.002.052	1.996.305	1.012.750	1.376.862
Consolidação CBSI em 30 de novembro		19.722		
Outros ⁽¹⁾	5.556.106	788.759	4.626.981	593.991
Saldo final	35.270.653	27.967.036	28.282.246	24.099.460

1. Inclui variações cambiais e monetárias não realizadas e custo de captação.

No ano de 2020, o Grupo captou e amortizou empréstimos conforme demonstrado abaixo:

• Captações e Amortizações

Natureza de captação	Captações	Consolidado	
		31/12/2020	
		Amortizações de principal	Amortizações de encargos
Pré - Pagamento	177.420	(1.028.606)	(245.125)
Bonds, Bonds Perpétuos, ACC, CCE e Facility	7.917.929	(4.458.888)	(1.237.396)
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB	20.898	(961.164)	(439.609)
	8.116.247	(6.448.658)	(1.922.130)

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Covenants**

A Companhia encontra-se adimplente em relação às obrigações financeiras e não financeiras (covenants) de seus contratos vigentes.

Prática Contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros, comissões e eventuais encargos financeiros são registrados por competência, ou seja, de acordo com o tempo transcorrido.

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores financeiros, além da divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou ainda pagamento de comissão por assunção de risco caso determinados indicadores financeiros atinjam os patamares previstos em referidos contratos.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia pode operar com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também pode operar com instrumentos financeiros derivativos, como operações de *swap* cambial, *swap* de juros e *derivativo* de *commodity*.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadoria e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria de curto prazo. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

- **Classificação de instrumentos financeiros**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado	Consolidado						
		31/12/2020			31/12/2019		
	Notas	Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos	Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	4		9.944.586	9.944.586		1.088.955	1.088.955
Aplicações financeiras	5	3.305.109	478.253	3.783.362	2.114.620	518.553	2.633.173
Contas a Receber	6		2.867.352	2.867.352		2.047.931	2.047.931
Dividendos e JCP a receber	9		38.088	38.088		44.554	44.554
Instrumentos financeiros derivativos	9				1.364		1.364
Títulos para negociação	9	5.065		5.065	4.034		4.034
Total		3.310.174	13.328.279	16.638.453	2.120.018	3.699.993	5.820.011
Não Circulante							
Aplicações Financeiras	5		123.409	123.409		95.719	95.719
Outros títulos a receber	9		2.445	2.445		7.059	7.059
Empréstimo compulsório da Eletrobrás	9		852.532	852.532		845.284	845.284
Recebíveis por indenização	9		517.183	517.183			
Empréstimos - partes relacionadas	9		966.050	966.050		846.300	846.300
Investimentos	10	59.879		59.879	47.300		47.300
Instrumentos financeiros derivativos	9				4.203		4.203
Total		59.879	2.461.619	2.521.498	51.503	1.794.362	1.845.865
Total Ativo		3.370.053	15.789.898	19.159.951	2.171.521	5.494.355	7.665.876
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	13		4.155.483	4.155.483		5.152.234	5.152.234
Fornecedores	17		4.819.539	4.819.539		3.012.654	3.012.654
Fornecedores - Risco Sacado	15		623.861	623.861		1.121.312	1.121.312
Dividendos e JCP	15		946.133	946.133		13.252	13.252
Arrendamento	16		93.626	93.626		35.040	35.040
Instrumentos financeiros derivativos		8.722		8.722			
Total		8.722	10.638.642	10.647.364		9.334.492	9.334.492
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	13		31.215.128	31.215.128		22.938.469	22.938.469
Fornecedores	17		543.527	543.527			
Instrumentos financeiros derivativos		97.535		97.535			
Arrendamento	16		436.505	436.505		439.350	439.350
Total		97.535	32.195.160	32.292.695		23.377.819	23.377.819
Total Passivo		106.257	42.833.802	42.940.059		32.712.311	32.712.311

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladora	Controladora						
	31/12/2020				31/12/2019		
	Notas	Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos	Valor Justo por meio do resultado	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	4		4.647.125	4.647.125		392.107	392.107
Aplicações financeiras	5	3.305.109	475.782	3.780.891	2.114.620	481.804	2.596.424
Contas a Receber	6		1.549.703	1.549.703		1.691.643	1.691.643
Dividendos e JCP a receber	9		329.413	329.413		33.447	33.447
Títulos para negociação	9	4.927		4.927	3.875		3.875
Empréstimos - partes relacionadas	9		53.718	53.718			
Total		3.310.036	7.055.741	10.365.777	2.118.495	2.599.001	4.717.496
Não Circulante							
Aplicações Financeiras	5		123.409	123.409		95.719	95.719
Outros títulos a receber	9		1.003	1.003		1.109	1.109
Empréstimo compulsório da Eletrobrás	9		851.713	851.713		844.438	844.438
Recebíveis por indenização	9		517.183	517.183			
Empréstimos - partes relacionadas	9		1.007.677	1.007.677		883.394	883.394
Investimentos	10	59.879		59.879	47.300		47.300
Instrumentos financeiros derivativos	9				4.203		4.203
Total		59.879	2.500.985	2.560.864	51.503	1.824.660	1.876.163
Total Ativo		3.369.915	9.556.726	12.926.641	2.169.998	4.423.661	6.593.659
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	13		3.887.657	3.887.657		4.423.293	4.423.293
Fornecedores	17		4.133.089	4.133.089		2.506.244	2.506.244
Fornecedores - Risco Sacado	15		623.861	623.861		1.121.312	1.121.312
Dividendos e JCP	15		901.983	901.983		13.252	13.252
Arrendamento	16		26.546	26.546		17.269	17.269
Total			9.573.136	9.573.136		8.081.370	8.081.370
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	13		24.472.573	24.472.573		19.774.916	19.774.916
Fornecedores	17		376.753	376.753			
Instrumentos financeiros derivativos		97.535		97.535			
Arrendamento	16		40.561	40.561		28.671	28.671
Total		97.535	24.889.887	24.987.422		19.803.587	19.803.587
Total Passivo		97.535	34.463.023	34.560.558		27.884.957	27.884.957

• Mensuração do valor justo

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado classificando-os de acordo com a hierarquia de valor justo:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado	31/12/2020			31/12/2019		
	Nível 1	Nível 2	Saldos	Nível 1	Nível 2	Saldos
Ativo						
Circulante						
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Aplicação financeira	3.305.109		3.305.109	2.114.620		2.114.620
Instrumentos financeiros derivativos					1.364	1.364
Títulos para negociação	5.065		5.065	4.034		4.034
Não Circulante						
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Investimentos	59.879		59.879	47.300		47.300
Instrumentos financeiros derivativos					4.203	4.203
Total Ativo	3.370.053		3.370.053	2.165.954	5.567	2.171.521
Passivo						
Circulante						
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos		8.722	8.722			
Não Circulante						
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos		97.535	97.535			
Total Passivo		106.257	106.257			

Nível 1 – Os dados são de preços cotados em mercado ativo para itens idênticos aos ativos e passivos que estão sendo mensurados.

Nível 2 – Considera *inputs* observáveis no mercado, tais como taxas de juros, câmbio etc., mas não são preços negociados em mercados ativos.

Não há ativos ou passivos classificados no nível 3.

II – Investimentos em títulos avaliados pelo valor justo por meio do resultado

A Companhia possui ações ordinárias (USIM3), preferenciais (USIM5) da Usiminas (“Ações Usiminas”) e ações da Panatlântica S.A. (PATI3), que são designadas como valor justo por meio do resultado.

As ações da Usiminas estão classificadas como ativo circulante em aplicações financeiras e as ações da Panatlântica em ativo não circulante sob a rubrica de investimento. Estão registradas ao valor justo (*fair value*), baseado na cotação de preço de mercado na B3.

De acordo com a política da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente na demonstração do resultado em resultado financeiro para aplicações financeiras e em outras receitas e despesas operacionais para investimento

Classe das Ações	31/12/2020				31/12/2019				31/12/2020	31/12/2019
	Quantidade	Participação (%)	Cotação	Saldo Contábil	Quantidade	Participação (%)	Cotação	Saldo Contábil	Valor Justo por meio do resultado (notas 27 e 28)	
USIM3	107.156.651	15,19%	15,69	1.681.288	107.156.651	15,19%	9,87	1.057.636	623.652	(168.236)
USIM5	111.144.456	20,29%	14,61	1.623.821	111.144.456	20,29%	9,51	1.056.984	566.837	32.232
				3.305.109				2.114.620	1.190.489	(136.004)
PATI3	2.065.529	11,31%	28,99	59.879	2.065.529	11,31%	22,90	47.300	12.579	17.224
				3.364.988				2.161.920	1.203.068	(118.780)

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

III – Gestão de riscos financeiros:

A Companhia segue estratégias de gerenciamento de riscos, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Companhia acredita estar exposta ao risco de taxa de câmbio e taxa de juros, preço de mercado e ao risco de liquidez.

A Companhia pode administrar alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, não associados a qualquer negociação especulativa ou venda a descoberto.

14.a) Risco de taxa de câmbio, preço de mercado e taxa de juros:

- **Risco de taxa de câmbio:**

A exposição decorre da existência de ativos e passivos denominados em Dólar ou Euro, uma vez que a moeda funcional da Companhia é substancialmente o Real e é denominada exposição cambial natural. A exposição líquida é o resultado da compensação da exposição cambial natural pelos instrumentos de *hedge* adotados pela CSN.

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	
Exposição Cambial	(Valores em US\$ mil)	(Valores em €\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	664.951	13.372
Contas a receber	387.039	2.560
Aplicação financeira	23.748	
Outros Ativos	9.158	4.474
Total Ativo	1.084.896	20.406
Empréstimos e financiamentos	(4.812.268)	
Fornecedores	(139.672)	(9.258)
Derivativo de minério de ferro	(172)	
Outros Passivos	(9.305)	(1.010)
Total Passivo	(4.961.417)	(10.268)
Exposição bruta	(3.876.521)	10.138
<i>Hedge</i> accounting de fluxo de caixa	3.992.200	
Sw ap CDI x Dólar	(67.000)	
Exposição cambial líquida	48.679	10.138

A CSN utiliza como estratégia o *Hedge Accounting*, bem como instrumentos financeiros derivativos para proteção dos fluxos de caixa futuros.

Análise de sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos e Exposição Cambial Consolidada

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda, utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2020.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	Taxa de câmbio	31/12/2020		
		Cenário Provável	Cenário 1	Cenário 2
USD	5,1967	5,2617	6,4959	7,7951
EUR	6,3779	6,3867	7,9724	9,5669
USD x EUR	1,2271	1,2124	1,5339	1,8407

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Instrumentos	Notional	Risco	31/12/2020		
			Cenário Provável (*) R\$	Cenário 1 R\$	Cenário 2 R\$
Posição cambial bruta	(3.876.521)	Dólar	(251.974)	(5.036.279)	(10.072.558)
Hedge accounting de fluxo de caixa	3.992.200	Dólar	259.493	5.186.566	10.373.133
Sw ap CDI x Dólar	(67.000)	Dólar	(4.355)	(87.045)	(174.089)
Posição cambial líquida	48.679	Dólar	3.164	63.242	126.486
Posição cambial líquida	10.138	Euro	89	16.165	32.330
Swap cambial dólar x Euro	40.697	Dólar	5.264	50.134	78.337

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar – desvalorização do Real em 1,25% / Real x Euro – desvalorização do Real em 0,14% / Euro x Dólar – valorização do Euro em 1,20%. Fonte: cotações Banco Central do Brasil e Banco Central Europeu em 14/01/2021.

• Riscos de preço de mercado de ações

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos avaliados pelo valor justo por meio do resultado que possuem suas cotações baseado no preço de mercado na B3.

Análise de sensibilidade para os riscos de preço de ações

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos de preço de ações. A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de desvalorização no preço das ações utilizando como referência a cotação de fechamento em 31 de dezembro de 2020. O cenário provável considerou desvalorização de 5% no preço das ações.

Os efeitos no resultado, considerando os cenários provável, 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Classe das Ações	31/12/2020		
	Cenário Provável	Cenário 1	Cenário 2
USIM3	(84.064)	(420.322)	(840.644)
USIM5	(81.191)	(405.955)	(811.910)
PAT3	(2.994)	(14.970)	(29.940)

• Risco de taxa de juros:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Esse risco decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debentures de curto e longo prazo atrelados à taxas de juros pré-fixada e pós-fixada do CDI, TJLP e Libor, expondo estes ativos e passivos financeiros às flutuações das taxas de juros conforme demonstrado no quadro de análise de sensibilidade a seguir.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos de taxas de juros. A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da taxa de juros utilizando como referência a taxa de fechamento em 31 de dezembro de 2020.

As taxas de juros utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Juros	31/12/2020		
	Taxa de juros	Cenário 1	Cenário 2
CDI	1,90%	2,38%	2,85%
TJLP	4,55%	5,69%	6,83%
LIBOR	0,26%	0,32%	0,39%

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Variações nas taxas de juros	% a.a				Consolidado	
		Ativo	Passivo	Cenário Provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
CDI	1,90	5.779.452	(9.104.416)	(10.673)	(15.794)	(31.588)
TJLP	4,55		(817.374)	(2.155)	(9.298)	(18.596)
Libor	0,26		(4.533.341)	(43.321)	(2.920)	(5.840)

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2020 registrados no ativo e passivo da companhia.

• Risco de preço de mercado:

A Companhia também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de commodities e de insumos. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo commodities podem ser utilizadas para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação podem incorporar instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções.

Análise de sensibilidade para os riscos de preço "Platts"

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos de preço. A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de aumento do índice "Platts" utilizando como referência a cotação de fechamento em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Vencimento da operação	31/12/2020		
	Cenário provável (*) R\$	Cenário 1 R\$	Cenário 2 R\$
02/02/2021	(33.677)	(120.262)	(240.524)
02/03/2021	(43.144)	(127.915)	(255.830)
	(76.821)	(248.177)	(496.354)

(*) O cenário provável foi calculado considerando a cotação do "Platts" em 14/01/2021 para os vencimentos de 02/02/2021 e 02/03/2021. Fonte: Bloomberg.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No item 14.b), demonstramos os derivativos e estratégias de hedge para a proteção dos riscos de câmbio e preço e a proteção do risco de preço do *Platts*.

14.b) Instrumentos de proteção: Derivativos e *hedge accounting* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido no exterior

A CSN utiliza instrumentos para a proteção do risco cambial, do risco do preço *Platts* e do risco de taxa de juros, conforme demonstrado nos tópicos a seguir:

• Posição da carteira de instrumentos financeiros derivativos

Swap cambial Dólar x Euro

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro.

Swap cambial GBP (Libra Esterlina) x Euro

A controlada Lusosider tinha operações com derivativos para proteger sua exposição do GBP contra o euro, foi liquidado no terceiro trimestre de 2020.

Swap cambial CDI x Dólar

A Companhia tem operações de derivativos junto ao Banco Bradesco para proteger sua dívida em NCE captada em setembro de 2019 com vencimento em outubro de 2023 no montante de US\$67 milhões (equivalente a R\$278 milhões) com custo compatível com o usualmente praticado pela Companhia.

							Consolidado
							31/12/2020
Contrapartes	Vencimento da operação	Moeda Notional	Notional	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)	Efeito no resultado financeiro em 2020
				Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber / (Pagar)	
Swap Cambial dólar x Euro	26/04/2021 a 08/06/2021	Dólar	17.377	90.315	(93.823)	(3.508)	(4.749)
Swap Cambial dólar x Euro	06/01/2021 a 11/06/2021	Dólar	23.320	121.207	(125.528)	(4.321)	(4.321)
Total swap cambial dólar x euro			40.697	211.522	(219.351)	(7.829)	(9.070)
Swap Cambial GBP x Euro	Liquidado	GBP	3.956				(602)
Total Swap Cambial GBP x euro			3.956				(602)
Swap CDI x dólar	02/10/2023	Dólar	(67.000)	289.544	(387.079)	(97.535)	(106.143)
Total Swap CDI x dólar			(67.000)	289.544	(387.079)	(97.535)	(106.143)
				501.066	(606.430)	(105.364)	(115.815)

• Hedge accounting de fluxo de caixa

Hedge Accounting de câmbio

A Companhia designa formalmente relações de *hedge* de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao dólar referente a vendas realizadas em dólar.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* cambial no resultado, a CSN designou parte dos seus passivos em dólar como instrumento de *hedge* de suas futuras exportações. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas exportações, permitindo assim que o reconhecimento das flutuações do dólar sobre o passivo e sobre as exportações possam ser registrados no mesmo momento. Ressalta-se que a adoção dessa contabilidade de *hedge* não implica na contratação de qualquer instrumento financeiro.

O quadro abaixo apresenta o resumo das relações de *hedge* em 31 de dezembro de 2020:

Data de Designação	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Câmbio de Designação	Montantes designados (US\$ mil)	Parceladas amortizadas (US\$ mil)	Efeito no Resultado (*) (R\$ mil)	31/12/2020
									Saldo registrado no patrimônio líquido (R\$ mil)
18/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Maio de 2020	2,6805	30.000	(30.000)	(82.374)	
18/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Maio de 2020	2,678	35.000	(35.000)	(96.190)	
18/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Maio de 2020	2,676	35.000	(35.000)	(96.261)	
21/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho de 2019 a Março 2021	3,1813	60.000	(45.000)	(58.475)	(30.231)
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho de 2019 a Março 2021	3,2850	100.000	(75.000)	(92.026)	(47.793)
23/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,285	30.000	(18.000)	(14.185)	(22.940)
24/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3254	100.000	(60.000)	(46.474)	(74.852)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	25.000	(15.000)	(11.467)	(18.410)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	70.000	(42.000)	(32.108)	(51.548)
27/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3557	30.000	(18.000)	(13.760)	(22.092)
28/07/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Agosto de 2018 a Outubro de 2022	3,3815	30.000	(18.000)	(13.605)	(21.782)
03/08/2015	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho de 2018 a Outubro de 2022	3,394	355.000	(276.500)	(338.777)	(141.512)
02/04/2018	Bonds	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Julho de 2018 a Fevereiro de 2023	3,3104	1.170.045	(820.045)	(306.189)	(660.205)
31/07/2019	Bonds e Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Janeiro de 2020 a Abril de 2026	3,7649	1.342.761	(247.061)	(329.966)	(1.568.823)
10/01/2020	Bonds sem vencimento expresso e Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Março de 2020 a Dezembro de 2050	4,0745	1.416.000	(102.000)	(136.029)	(1.474.571)
28/01/2020	Bonds	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Março de 2027 a Janeiro de 2028	4,2064	1.000.000			(990.299)
Total						5.828.806	(1.836.606)	(1.667.886)	(5.125.058)

(*) Em 31 de dezembro de 2020 foi registrado em Outras Despesas Operacionais o montante de (R\$ 1.667.886). Em 31 de dezembro de 2019, (R\$790.353).

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Nas relações de *hedge* descritas acima, os valores dos instrumentos de dívida foram integralmente designados para parcelas de exportações de minério de ferro equivalentes.

A movimentação dos valores relativos ao *hedge accounting* de fluxo de caixa registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 é demonstrada como segue:

	Consolidado e Controladora			
	31/12/2019	Movimento	Realização	31/12/2020
Hedge accounting de fluxo de caixa	1.255.770	5.537.174	(1.667.886)	5.125.058

A realização do *Hedge accounting* de fluxo de caixa é reconhecida em Outras receitas e despesas operacionais nota 27.

Em 31 de dezembro de 2020 as relações de *hedge* estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos e retrospectivos realizados. Desta forma, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge accounting* de fluxo de caixa foi registrada.

Hedge accounting de fluxo de caixa – índice “Platts”

A Companhia possui operações de derivativos de minério de ferro, contratadas pela subsidiária CSN Mineração S.A., com objetivo de reduzir a volatilidade de sua exposição à commodity.

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* do “Platts” no resultado, a Companhia optou por efetuar a designação formal do hedge e, conseqüentemente, adotou a contabilização de *hedge accounting* do derivativo de minério de ferro como instrumento de *hedge accounting* de suas futuras vendas altamente prováveis de minério de ferro. Com isso, a marcação a mercado decorrente da volatilidade do “Platts”, será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas vendas de acordo com o período de avaliação contratado, permitindo assim, que o reconhecimento da volatilidade do “Platts” sobre as vendas de minério de ferro, possam ser reconhecidos no mesmo momento.

A tabela abaixo demonstra o resultado do instrumento derivativo até 31 de dezembro de 2020 reconhecida em Outros resultados abrangentes e, na realização dos embarques, o montante reclassificado para Outras Receitas e Despesas Operacionais:

Vencimento da operação	Notional	31/12/2020			Outras receitas e despesas	Outros Resultados Abrangentes	31/12/2020
		Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)			Variação cambial
		Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber / (Pagar)			
02/09/2020 (Liquidado)	Platts				(31.678)		(136)
02/10/2020 (Liquidado)	Platts				(132.997)		(9.051)
04/11/2020 (Liquidado)	Platts				(85.164)		(7.301)
02/12/2020 (Liquidado)	Platts				(33.310)		52
02/02/2021	Platts	486.852	(493.925)	(7.073)		(6.888)	(185)
02/03/2021	Platts	527.684	(521.504)	6.180		6.063	117
		1.014.536	(1.015.429)	(893)	(283.149)	(825)	(16.504)

A movimentação dos valores relativos ao *hedge accounting* de fluxo de caixa - índice “Platts” registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 é demonstrada como segue:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2019	Movimento	Realização	31/12/2020
Hedge accounting de fluxo de caixa – índice “Platts”		283.974	(283.149)	825
IR e CS sobre hedge de fluxo de caixa – índice “Platts”		(96.551)	96.271	(280)
Valor justo do hedge de fluxo de caixa - índice “Platts”, líquido dos impostos		187.423	(186.878)	545

O hedge accounting de fluxo de caixa - índice “Platts” foi integralmente efetivo desde a contratação dos instrumentos derivativos.

Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elaborou documentação formal indicando como a designação do *hedge accounting* de fluxo de caixa – índice “Platts” está alinhada ao objetivo e à estratégia de gestão de riscos da CSN, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de *hedge*, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de dívida e instrumentos de derivativo de minério de ferro (índice “Platts”) em montantes equivalentes à parcela das vendas futuras, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração e Conselho.

Prática Contábil

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos passivos financeiros como instrumento de hedge de risco cambial e risco de preço (índice “Platts”) associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. Adicionalmente, documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que as operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica “Hedge Accounting”. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidos em outras despesas/receitas operacionais, quando aplicável.

Os ganhos e perdas do *Hedge Accounting de fluxos de caixa* dos instrumentos financeiros de dívida e instrumentos financeiros derivativos de minério de ferro não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, mas apenas na medida em que as exportações forem realizadas.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados no resultado operacional nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado.

Quando um instrumento de hedge prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de hedge não mais atender aos critérios de contabilização de *Hedge Accounting* ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *Hedge Accounting*, todo ganho ou perda acumulada existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido e, a partir desse momento, as variações cambiais são registradas no resultado financeiro. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda é reclassificado para o resultado operacional. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica “Outras Operacionais”.

- **Hedge de investimento líquido no exterior**

A CSN utilizava estratégia de *hedge* de investimento líquido em Euro da exposição cambial natural em Euro decorrente substancialmente de empréstimo realizado por controlada no exterior com moeda funcional em Reais para a aquisição de investimentos no exterior, cuja moeda funcional é o Euro. A variação cambial dos empréstimos afetava a demonstração do resultado, na rubrica de resultado financeiro e a variação cambial dos ativos líquidos do exterior afetava diretamente o patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com a finalidade de eliminar essa exposição e cobrir futuras oscilações do Euro sobre esses empréstimos. Foram designados passivos financeiros não derivativos, representados por contratos de empréstimos com instituições financeiras no montante de €120 milhões e com vencimento em 31 de janeiro de 2020 o qual foi liquidado financeiramente.

Data de Designação	Instrumento de Hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Câmbio de Designação	Montantes designados (EUR mil)	Parcelas amortizadas (US\$ mil)	31/12/2020
							Impacto sobre o patrimônio líquido
30/09/2015	Passivo financeiro não derivativo em EUR - Contrato de Dívida	Investimentos em coligadas cujo a moeda funcional é EUR	Cambial - taxa spot R\$ x EUR	4,0825	120.000	(120.000)	6.293
Total					120.000	(120.000)	6.293

Prática Contábil

A Companhia designa para o *hedge* de investimento líquido uma parte de seus passivos financeiros como instrumento de *hedge* de seus investimentos no exterior com moeda funcional diferente da moeda do Grupo de acordo com o CPC38/IAS39. Essa relação ocorre, pois, passivos financeiros estão relacionados aos investimentos nos montantes necessários para a relação efetiva.

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os objetos protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de investimento líquido é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica *Hedge Accounting*. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidas em Outras Operacionais, quando aplicável. Se em algum momento da relação de *hedge* o saldo da dívida for superior ao saldo do investimento, a variação cambial sobre o excesso de dívida será reclassificada para a demonstração do resultado como outras receitas/despesas operacionais (inefetividade do *hedge*).

Os valores acumulados no patrimônio serão realizados na demonstração do resultado pela alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

• Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado

Instrumentos	Passivo			Outras receitas e despesas	Outros Resultados Abrangente	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total			Resultado financeiro líquido (nota 28)	
Swap dólar x euro	(7.829)		(7.829)			(9.070)	783
Swap GBP x euro						(602)	
Swap CDI x dólar		(97.535)	(97.535)			(106.143)	4.203
Derivativo de Minério de Ferro	(893)		(893)	(283.149)	(825)	(16.504)	
	(8.722)	(97.535)	(106.257)	(283.149)	(825)	(132.319)	4.986

14.c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 13.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo juros.

Em 31 de dezembro de 2020	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e financiamentos e debêntures (nota 13)	4.155.483	14.146.118	4.671.511	12.397.499
Passivos de arrendamento (nota 16)	93.626	143.227	115.398	177.880
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14 I)	8.722		97.535	
Fornecedores (nota 17)	4.819.539	528.551	14.976	
Fornecedores - Risco Sacado (nota 14 I)	623.861			
Dividendos e JCP (nota 15)	946.133			
Total	10.647.364	14.817.896	4.899.420	12.575.379

IV - Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo estimado para determinados empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, conforme abaixo:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
Bônus Perpétuos	5.203.773	5.157.465	4.036.186	3.706.553
Fixed Rate Notes	15.067.341	15.744.067	8.090.297	8.345.471

(*) Fonte: Bloomberg

14.d) Riscos de Crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado brasileiro.

Quanto à exposição a risco de crédito em contas a receber e outros recebíveis, a Companhia possui um comitê de risco de crédito, no qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira, antes da concessão do limite de crédito e termos de pagamento e revisado periodicamente, de acordo com os procedimentos de periodicidade de cada área de negócio.

14.e) Gestão de Capital

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia busca a otimização da sua estrutura de capital com a finalidade de reduzir seus custos financeiros e maximizar o retorno aos seus acionistas. O quadro a seguir demonstra a evolução da estrutura consolidada de capital da Companhia, com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros:

Valores em milhares	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio (capital próprio)	11.251.505	11.361.932
Empréstimos e financiamentos (capital terceiros)	35.270.653	27.967.036
Dívida Bruta/Patrimônio Líquido	3,13	2,46

Prática Contábil

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa, no caso dos ativos financeiros

No reconhecimento inicial os ativos financeiros podem ser classificados em três categorias: ativos mensurados ao custo de amortização, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Se a empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

Os passivos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são baixados apenas quando forem extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também extingue um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou quando a realização do ativo e liquidação do passivo ocorrerem simultaneamente.

Instrumentos derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica Resultado Financeiro na demonstração do resultado.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

As outras obrigações classificadas no passivo circulante e não circulante possuem a seguinte composição:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos com partes relacionadas (nota 22 b)	70.458	46.063	78.083	88.021	250.330	457.577	222.834	318.967
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14 I)	8.722		97.535				97.535	
Dividendos e JCP a pagar (nota 14 II)	946.133	13.252			901.983	13.252		
Adiantamento de clientes ⁽¹⁾	1.100.772	787.604	1.725.838	1.845.248	196.595	72.404		
Tributos parcelados	45.331	19.498	160.247	67.727	9.806	9.777	1.320	1.985
Participação sobre lucro - empregados	150.341	162.866			109.482	111.171		
Obrigações fiscais			38.493	8.805			32.289	7.319
Provisão para consumo e serviços	175.242	204.299			97.221	132.262		
Materiais terceiros em nosso poder	84.832	78.820			55.334	61.976		
Fornecedores - Risco Sacado (nota 17)	623.861	1.121.312			623.861	1.121.312		
Fornecedores (nota 17)			543.527				376.753	
Passivos de Arrendamento (nota 16)	93.626	35.040	436.505	439.350	26.546	17.269	40.561	28.671
Outras obrigações	58.321	57.690	65.108	44.551	31.030	22.788		
	3.357.639	2.526.444	3.145.336	2.493.702	2.302.188	2.019.788	771.292	356.942

1. Adiantamento de Clientes: Durante o exercício de 2019 a controlada CSN Mineração, concluiu o contrato com importante *player* internacional para o fornecimento de, aproximadamente, 22 milhões de toneladas de minério de ferro e um aditivo para o fornecimento adicional de 11 milhões de toneladas de minério de ferro. Para tanto, a CSN Mineração S.A. recebeu, antecipadamente, os montantes de US\$ 496 milhões (R\$ 1.951.303) e US\$ 250 milhões (R\$956.440) em 29 de março de 2019 e 05 de agosto de 2019, respectivamente. O prazo para a execução dos volumes contratados é de 5 anos. Por fim, em 16 de setembro de 2019, as partes aditaram novamente o contrato, para ajustar as condições de entrega do minério de ferro. Em julho de 2020 a controlada concluiu o contrato para o fornecimento adicional de, aproximadamente, 4 milhões de toneladas de minério de ferro, o montante recebido antecipadamente, em 28 de agosto de 2020, foi de US\$115 milhões (R\$629 milhões), o prazo para a execução do contrato é de 3 anos.

16. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Os passivos de arrendamento são apresentados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Arrendamentos	1.623.523	1.501.960	76.333	53.279
AVP- Arrendamentos	(1.093.392)	(1.027.570)	(9.226)	(7.339)
	530.131	474.390	67.107	45.940
Classificado:				
Circulante	93.626	35.040	26.546	17.269
Não Circulante	436.505	439.350	40.561	28.671
	530.131	474.390	67.107	45.940

A Companhia adotou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada que não requer apresentação de saldos comparativos. Como resultado a adoção IFRS 16/CPC 06 (R2), a Companhia alterou a política contábil para os contratos de arrendamento.

A Companhia possui contratos de arrendamento de terminais portuários em Itaguaí, o Terminal de granéis sólidos – TECAR, utilizado para o embarque e desembarque de carvão e minérios de ferro e o Terminal de Contêineres – TECON, com prazos remanescentes de 27 e 31 anos, respectivamente, e contrato de arrendamento para operação ferroviária utilizando a malha do Nordeste com prazo remanescente de 7 anos.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos de arrendamento de propriedades, utilizadas como instalações operacionais e escritórios administrativos e vendas, em diversas localidades onde a Companhia opera, com prazos remanescentes de 2, 5 e 15 anos.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A CSN também possui contratos de arrendamentos para equipamentos operacionais, utilizados nas operações de mineração e na siderurgia, com prazos de 2 a 5 anos.

O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa implícita observada nos contratos e para os contratos que não dispunham de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimos – IBR, ambas em termos nominais.

A taxa incremental de empréstimos – IBR foi adquirida por meio de consulta a bancos de relacionamentos da Companhia de acordo com o prazo médio dos contratos, conforme orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019.

A taxa média incremental utilizada na mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso no prazo do contrato de cinco é de 8,28% a.a.

A movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada na tabela abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2020
Saldo inicial líquido	474.390	640.989	45.940	61.072
Novos arrendamentos	52.835	106.584	29.714	12.979
AVP Novos arrendamentos	(6.511)	(54.080)	(3.822)	(838)
Revisão de contratos	63.250	(175.609)	21.503	(5.308)
Baixa	(7.757)	(1.374)	(4.465)	(1.357)
Pagamento	(103.648)	(94.727)	(25.732)	(25.393)
Juros apropriados	54.236	52.607	3.969	4.785
Variação Cambial	3.336			
Saldo final líquido	530.131	474.390	67.107	45.940

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, fixos em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Arrendamentos	98.788	368.659	1.156.076
AVP - arrendamentos	(5.162)	(110.034)	(978.196)
	93.626	258.625	177.880
			530.131

- PIS e COFINS a recuperar**

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstra-se abaixo o direito potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Arrendamentos	1.603.100	1.489.789	70.647	50.899
AVP - Arrendamentos	(1.091.275)	(1.026.919)	(8.136)	(6.963)
Potencial credito PIS e COFINS	148.287	137.805	6.535	4.708
AVP - Potencial credito de PIS e COFINS	(100.943)	(96.461)	(753)	(800)

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo:**

A Companhia optou por não reconhecer os passivos de arrendamento em contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos de baixo valor. Os pagamentos realizados para estes contratos são reconhecidos como despesas quando incorridos. A Companhia possui contratos de direito de uso de portos (TECAR) e ferrovia (FTL) que, ainda que estabeleçam desempenhos mínimos, não é possível determinar o seu fluxo de caixa uma vez que esses pagamentos são integralmente variáveis e somente serão conhecidos quando ocorrerem. Nesses casos, os pagamentos serão reconhecidos como despesas quando incorridas.

As despesas relativas aos pagamentos não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento durante o exercício são:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contratos inferiores a 12 meses	549	10.819		
Ativos de menor valor	9.563	3.853	4.199	7.464
Pagamentos variáveis de arrendamentos	270.449	177.460	14.674	21.211
	280.561	192.132	18.873	28.675

De acordo com as orientações do CPC 06(R2) / IFRS 16, a Companhia utiliza na mensuração e na remensuração dos passivos de arrendamento e direito de uso, a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados.

Considerando o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia divulga a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e despesas de depreciação com a utilização de taxas em termos reais para desconto a valor presente de fluxos também em termos reais.

	Consolidado				Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
	Taxa em termos nominais e fluxo real	Taxa e fluxo em termos nominais	Taxa em termos nominais e fluxo real	Taxa e fluxo em termos nominais	Taxa em termos nominais e fluxo real	Taxa e fluxo em termos nominais	Taxa em termos nominais e fluxo real	Taxa e fluxo em termos nominais
Passivo de leasing	530.131	595.193	474.390	579.390	67.107	55.119	45.940	48.515
Direito de uso líquido	511.882	547.671	472.345	567.905	64.659	53.775	44.173	45.795
Despesa Financeira	(50.513)	(63.744)	(49.118)	(57.556)	(3.688)	(3.709)	(4.521)	(4.881)
Despesa de Depreciação	(57.342)	(59.560)	(53.826)	(57.356)	(20.620)	(20.779)	(20.400)	(20.992)

Para mensurar os saldos utilizando taxa em termos reais foi utilizada a projeção para a inflação (IPCA) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

A Companhia analisou a Deliberação CVM Nº 859, de 7 de julho de 2020, que altera o CPC 06 (R2) com orientações para reconhecimentos dos possíveis impactos gerados pelas alterações contratuais em decorrência da COVID-19, contudo não possuímos qualquer alteração relevante nos contratos de arrendamento vigentes.

Prática Contábil

Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado.

A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juro implícita no arrendamento, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utilizada taxa incremental sobre o empréstimo da Companhia.

Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e à qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos.

Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor.

Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações serão registrados como redutor das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente.

Também será aplicado o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

17. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	4.893.589	3.012.654	594.051	4.178.341
(-) Ajuste ao valor presente	(74.050)		(50.524)	(45.252)
	4.819.539	3.012.654	543.527	4.133.089

Prática Contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos e trazidas ao valor presente quando aplicável na data das transações, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia.

A Companhia classifica as operações de risco sacado com fornecedores em outras obrigações conforme nota 15, são negociações junto a instituições financeiras, possibilitando aos seus fornecedores a antecipação dos recebíveis decorrentes de vendas de mercadorias, com o objetivo de alongar os prazos das suas próprias obrigações. A efetiva antecipação dos recebíveis depende do aceite por parte de seus fornecedores, tendo em vista que a participação dos mesmos não é obrigatória. A Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial e nem alterações nas condições comerciais existentes entre a Companhia e seus fornecedores

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

18.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do período estão demonstrados a seguir:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(2.052.204)	(1.564.622)	(239.815)	24.242
Diferido	1.426.696	2.398.400	1.364.156	2.452.985
	(625.508)	833.778	1.124.341	2.477.227

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
(Prejuízo)/Lucro antes do IR e da CSLL	4.918.126	1.410.733	2.669.954	(688.160)
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	(1.672.163)	(479.649)	(907.784)	233.974
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial	28.391	46.737	643.513	924.949
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	(519.840)	(236.404)		
Ajuste <i>Transfer Price</i>	(15.645)	(18.494)	(15.645)	(11.938)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(27.758)	(21.095)		
Limite de endividamento	(25.087)	(20.393)	(25.087)	(20.393)
IR/CS Diferidos sobre diferenças temporárias não constituídos	5.142	(2.835)		
(Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	1.540.087	1.530.185	1.540.087	1.530.185
IR/CS sobre lucros no exterior	(13.011)	(14.424)	(13.011)	(14.424)
Incentivos fiscais	64.818	39.042	6.975	
IR/CS sobre Juros capital próprio	17.177	22.107	(121.647)	(155.083)
Outras exclusões (adições) permanentes	(7.619)	(10.999)	16.940	(10.043)
IR / CSLL no resultado do exercício	(625.508)	833.778	1.124.341	2.477.227
Alíquota efetiva	13%	-59%	-42%	360%

18.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos podem ser demonstrados como segue:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado			
	Saldo Inicial	Movimentação		Saldo Final
	31/12/2019	Patrimônio Líquido	Resultado	Outros
Diferido				
Prejuízos fiscais	1.610.801		238.198	1.848.999
Bases negativas	610.046		78.162	688.208
Diferenças temporárias	(337.082)	(59.380)	1.110.336	5.029
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	264.013		15.136	279.149
- Perdas estimadas em ativos	182.431		(26.444)	161.016
- (Ganhos)/Perdas em ativos financeiros	414.495		(409.468)	5.027
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	314.601	(44.732)	(7.412)	262.457
- Provisão para consumos e serviços	132.411		22.041	154.452
- Variações cambiais não realizadas ⁽¹⁾	1.181.501		(29.175)	1.152.326
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(92.180)			(92.180)
- Hedge Accounting de fluxo de caixa	426.961	1.315.839		1.742.800
- Aquisição Fair Value SWT/CBL	(184.513)	(57.651)	30.149	(212.015)
- IR/CS diferidos não constituídos	(291.961)		(25.966)	(317.927)
- (Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	(1.625.998)	(1.270.110)	1.548.640	(1.347.468)
- Combinação de negócios	(1.023.341)		8.292	(1.015.049)
- Outras	(35.502)	(2.726)	(15.457)	(53.685)
Total	1.883.765	(59.380)	1.426.696	5.029
Total Diferido Ativo	2.473.304			3.874.946
Total Diferido Passivo	(589.539)			(618.836)
Total Diferido	1.883.765			3.256.110

(1) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

	Controladora		
	Saldo Inicial	Movimentação	
	31/12/2019	Patrimônio Líquido	Resultado
Diferido Ativo			
Prejuízos fiscais	1.463.981		216.719
Bases negativas	549.026		78.356
Diferenças temporárias	422.544		1.069.081
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	193.245		9.222
- Perdas estimadas em ativos	119.645		(19.640)
- (Ganhos)/Perdas em ativos financeiros	414.495		(409.469)
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	317.053	(45.449)	(7.412)
- Provisão para consumos e serviços	121.680		11.212
- Variações cambiais não realizadas ⁽¹⁾	1.183.053		(30.728)
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(92.180)		
- Hedge Accounting de fluxo de caixa	426.961	1.315.559	
- (Perdas)/Reversão estimadas para créditos de IR e CS diferidos	(1.625.998)	(1.270.110)	1.540.087
- Combinação de negócios	(721.992)		
- Outras	86.582		(24.191)
Total	2.435.551		1.364.156
Total Diferido Ativo	3.258.542		4.627.332
Total Diferido Passivo	(822.991)		(827.625)
Total Diferido	2.435.551		3.799.707

(1) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia tem em sua estrutura societária subsidiárias no exterior, cujos lucros são tributados pelo imposto de renda nos respectivos países em que foram constituídas por alíquotas inferiores às vigentes no Brasil. No período compreendido entre

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2015 e 2020 foram gerados por essas subsidiárias lucros no montante de R\$ 1.284.483. Caso as autoridades fiscais brasileiras entendam que estes lucros estão sujeitos à tributação adicional no Brasil pelo imposto de renda e pela contribuição social, estes, se devidos fossem, somariam aproximadamente R\$412.420. A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, avaliou apenas como possível a probabilidade de perda em caso de eventual questionamento fiscal e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida na demonstração financeira.

Ainda, a Administração avaliou os preceitos do IFRIC 23 – “Uncertainty Over Income Tax Treatments” e considera que não há razões para que as autoridades fiscais diverjam dos posicionamentos fiscais adotados pela Companhia. Desta forma, não foram reconhecidas quaisquer provisões adicionais de imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23 na demonstração financeira em 31 de dezembro de 2020.

Foi realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez. Dessa forma, considerando os resultados do estudo realizado, o qual indica que é provável a existência de lucro tributável para utilização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL são apresentados pelo líquido quando se referem a uma única jurisdição conforme o quadro abaixo:

Em Milhões de Reais	Consolidado	Controladora
2021	1.018	1.018
2022	1.315	1.315
2023	1.257	1.257
2024	495	495
2025	618	542
Ativo diferido	4.703	4.627
Diferido passivo Controladora	(828)	(828)
Ativo diferido contabilizado líquido	3.875	3.799
Diferido passivo das subsidiárias contabilizado	(619)	
Ativo diferido líquido	3.256	3.799

18.c) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	170.604	215.306	172.520	217.969
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - ganhos atuariais	(172.520)	(217.969)	(172.520)	(217.969)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(325.350)	(325.350)	(325.350)	(325.350)
Hedge Accounting de fluxo de caixa	1.742.765	426.961	1.742.520	426.961
Perdas estimadas para créditos de IR e CS diferidos - hedge fluxo caixa	(1.742.520)	(426.961)	(1.742.520)	(426.961)
	(327.021)	(328.013)	(325.350)	(325.350)

Prática Contábil

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável está sujeita à interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de tributos a pagar relacionado a exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por empresa integrante da Companhia, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios, que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível e do reconhecimento inicial de ágio, de acordo com IAS 12/CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada

Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis. Tais ativos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros

18.d) Teste de recuperação do imposto de renda e contribuição social do diferido ativo

A Administração da Companhia avalia constantemente a capacidade de utilização de seus créditos fiscais. Neste sentido, periodicamente a CSN atualiza o estudo técnico de projeção dos resultados tributáveis futuros para suportar a realização dos créditos fiscais e, consequentemente, embasar o reconhecimento contábil dos créditos, a manutenção no balanço ou a constituição de provisão para perda na realização desses créditos.

Esse estudo é preparado no nível da Entidade conforme a legislação tributária brasileira e é realizado considerando as projeções da Controladora, que é a Entidade que gera um montante significativo de créditos fiscais, especialmente de diferenças temporárias. A Controladora abrange exclusivamente os negócios de siderurgia.

O IR/CS diferido ativo sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias refere-se, principalmente, aos itens a seguir:

	Natureza	Breve descrição
	Prejuízos Fiscais	A Companhia incorre em prejuízos fiscais na Controladora em decorrência das despesas financeiras sobre seu endividamento, já que detém substancialmente todos os empréstimos e financiamentos do Grupo CSN. Entretanto, a Controladora apresentou lucro tributável em dois trimestres de 2020.
Diferenças Temporárias	Despesas com variação cambial	Desde 2012, a Companhia opta pela tributação da variação cambial por regime de caixa. Como resultado, os impostos são devidos e as despesas são dedutíveis quando da liquidação do ativo ou passivo subjacente.
	Perda no investimento em ações da Usiminas	As movimentações no investimento em ações da Usiminas são reconhecidas por meio do regime de competência; no entanto, o evento que gera a tributação ou dedutibilidade ocorrerá somente no momento da alienação do investimento.
	Outras provisões	Outras provisões são reconhecidas pelo regime de competência e a sua tributação ocorre somente no momento de sua realização, tais como: provisão para contingências, perda por <i>impairment</i> , provisão para passivos ambientais, etc.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O estudo é preparado com base no plano de negócios de longo prazo da Companhia projetado para um período razoavelmente estimável pela Administração e considera diversos cenários que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais.

O modelo de projeção do lucro tributável considera dois principais indicadores:

- Lucro antes dos impostos, refletindo o EBITDA projetado mais a depreciação, outras receitas e despesas e o resultado financeiro, e;
- Lucro tributável, que compõe o lucro antes dos impostos mais (menos) os itens de receita e despesa que são tributáveis fora do período de competência (diferenças temporárias).

Adicionalmente, é realizada uma análise de sensibilidade de consumo dos créditos tributários considerando uma variação das premissas macroeconômicas, do desempenho operacional e dos eventos de liquidez.

A deterioração do ambiente político e macroeconômico brasileiro ocorrida em anos recentes gerou prejuízos fiscais na CSN, bem como o crescimento da sua alavancagem financeira. Esses dois aspectos combinados culminaram em um desbalanceamento entre o resultado financeiro e operacional na Controladora.

Diante desse contexto, a Companhia trabalha com um plano de negócios que visa o rebalanceamento entre o resultado financeiro e operacional da Controladora, cujas principais medidas são:

- Continuidade dos esforços de desinvestimento;
- Redução da alavancagem financeira;
- Melhoria nos resultados operacionais decorrente de aumento de volume de vendas, melhoria dos preços de seus produtos e maior eficácia no controle dos custos de produção; e
- Reperfilamento do endividamento da Controladora, com negociações para extensão de prazos de amortização e descentralização do endividamento por meio de redirecionamento de contratos para subsidiárias de acordo com a natureza e aplicação dos recursos.

Com a continuidade da execução das medidas acima, a Administração da Companhia estima retomar com sustentabilidade altos índices de rentabilidade. Consequentemente, a Administração considera que o reconhecimento contábil gradativo de créditos fiscais, utilizando em um primeiro momento um período de projeções inferior a 10 anos, reflete mais adequadamente a expectativa de utilização dos créditos mantidos nos livros fiscais da Companhia. Como resultado do estudo, a Companhia reverteu no exercício de 2020 o montante de R\$1.369 milhões de perdas estimadas contabilizadas em anos anteriores totalizando um saldo no ativo fiscal diferido na Controladora de R\$4.628 milhões em 31 de dezembro de 2020.

O estoque de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias mantidos nos livros fiscais da Companhia para utilização futura montam, respectivamente, R\$1.681 milhões e R\$627 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.466 milhões e R\$550 milhões em 31 de dezembro de 2019).

19. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme nota 15, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Refis Federal Lei 11.941/09 ^(a)	12.214	12.172	15.529	17.436	9.173	9.173		
Refis Federal Lei 12.865/13 ^(b)	6.633	6.481	42.883	48.306				
Demais Parcelamentos	26.484	845	101.835	1.985	633	604	1.320	1.985
	45.331	19.498	160.247	67.727	9.806	9.777	1.320	1.985

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) O Programa de refinanciamento da Lei 11.941/09 tem saldo proveniente da adesão ao REFIS de tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL) dos anos de 2006, 2007 e 2012 e tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS) dos anos de 2006 e 2007. O parcelamento é pago em parcelas mensais, com juros à taxa SELIC o qual é a taxa dos fundos federais brasileiros.

(b) O Programa de refinanciamento da Lei 12.865/13 tem saldo proveniente da adesão ao REFIS de tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL) para o pagamento dos valores relativos aos tributos incidentes sobre o lucro das empresas coligadas ou controladas no exterior de 2009 a 2011. É devido em parcelas mensais, com juros à taxa SELIC, o qual é a taxa dos fundos federais brasileiros.

20. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais		Passivo Provisionado		Depósitos Judiciais	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fiscais	134.645	128.411	2.444	31.060	61.004	56.343	49.078	15.227
Previdenciárias	8.170	7.039			7.948	6.447		
Trabalhistas	328.334	305.309	212.737	227.213	234.333	217.907	159.138	164.580
Cíveis	151.776	138.990	67.819	53.771	121.989	105.464	11.840	42.252
Ambientais	12.463	43.498	17.683	3.731	10.341	36.558	960	2.241
Depósitos Cauçionados			24.434	12.596				
	635.388	623.247	325.117	328.371	435.615	422.719	221.016	224.300

Classificado:

Circulante	81.073	96.479			34.458	52.016		
Não Circulante	554.315	526.768	325.117	328.371	401.157	370.703	221.016	224.300
	635.388	623.247	325.117	328.371	435.615	422.719	221.016	224.300

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2020 pode ser assim demonstrada:

Natureza	Consolidado				
	Circulante + Não Circulante				
	31/12/2019	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2020
Fiscais	128.411	8.626	4.267	(6.659)	134.645
Previdenciárias	7.039	5.892	192	(4.953)	8.170
Trabalhistas	305.309	44.693	39.507	(61.175)	328.334
Cíveis	138.990	46.577	15.579	(49.370)	151.776
Ambientais	43.498	4.525	326	(35.886)	12.463
	623.247	110.313	59.871	(158.043)	635.388

Natureza	Controladora				
	Circulante + Não Circulante				
	31/12/2019	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2020
Fiscais	56.343	7.663	2.739	(5.741)	61.004
Previdenciárias	6.447	5.892	167	(4.558)	7.948
Trabalhistas	217.907	25.206	26.379	(35.159)	234.333
Cíveis	105.464	39.285	12.281	(35.041)	121.989
Ambientais	36.558	4.474	111	(30.802)	10.341
	422.719	82.520	41.677	(111.301)	435.615

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Processos Tributários

Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda provável, que figuram como parte a CSN ou suas controladas, de natureza tributária são (i) alguns autos de infração de ISS; (ii) divergências entre ICMS apurado e recolhido; (iii) Pedidos de compensação não homologados por inexistência do direito creditório.

Processos trabalhistas

O Grupo figura como réu, em 31 de dezembro de 2020, em 8.784 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo intrajornada e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2003.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 houve movimentação de adições e baixas de processos trabalhistas decorrentes de encerramento definitivo, além da constante revisão das estimativas contábeis da Companhia em relação às provisões e contingências, que consideram as diferentes naturezas das reclamações envolvidas, conforme estabelecido nas políticas contábeis da Companhia.

Processos cíveis

Dentre os processos judiciais cíveis em que figura como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais do Grupo, ações imobiliárias, plano de saúde.

Processos ambientais

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a Companhia figura como ré, encontram-se, procedimentos administrativos visando a constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais supostas irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, que consistem em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos impactos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia.

Os processos de natureza ambiental apresentam alta complexidade para a estimativa do valor em risco, pois devem ser levados em consideração, entre vários aspectos, a evolução processual, a extensão dos eventuais danos e a projeção dos custos de reparação.

Há outros processos de natureza ambiental para os quais ainda não é possível aferir o risco e o valor de contingência em razão da citada complexidade de estimativa, das peculiaridades das matérias que os envolvem e das fases processuais em que se encontram. Os principais procedimentos judiciais e administrativos de natureza ambiental encontram-se abaixo listados:

- Em julho de 2012, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPE/RJ) e o Ministério Público Federal (MPF) ingressaram com ações civis públicas distintas na Justiça Estadual e Federal alegando existência de suposta área contaminada no Condomínio Volta Grande IV. Em face do conflito de competência para julgar as ações, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) declarou a competência da Justiça Federal para processar e julgar tais ações. Em breve síntese, o MPF sustenta que a Companhia deverá (i) remover todos os resíduos descartados na área utilizada como aterro industrial na cidade de Volta Redonda e (ii) transferir 750 residências localizadas no condomínio Volta Grande IV, também na cidade de Volta Redonda. Referidos pedidos foram negados pelo Tribunal, tendo sido determinado que fosse apresentado um cronograma para investigar a área e, se necessário, para remediar as questões potenciais levantadas pelo MPF. O referido cronograma foi apresentado, apontando a conclusão de todos os estudos relacionados às fases de investigação, incluindo o plano de avaliação e intervenção de risco, que foram concluídos em 30 de abril de 2014. Além disso, há ações de indenizações em trâmite movidas pelos proprietários de casas do condomínio Volta Grande IV, com pedido de ressarcimento pelos supostos danos morais e materiais suportados, ainda não julgadas. Atualmente o processo (ACP) aguarda o início da fase de instrução.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Em janeiro de 2014 foi distribuída Ação Anulatória com o objetivo de declarar a nulidade de Auto de Infração lavrado pelo INEA pela suposta contaminação do solo e águas subterrâneas no Condomínio Volta Grande IV. A sanção aplicada foi de multa simples, no valor originário de R\$ 35 milhões. O pedido de suspensão liminar da exigibilidade do débito não foi apreciado, razão pela qual o INEA ajuizou Ação de Execução Fiscal. Atualmente, por questões prejudiciais externas os processos foram temporariamente suspensos, até conclusão da perícia na ACP Volta Grande IV e/ou decisões contrárias dos juízos.

- No que diz respeito a outras áreas supostamente contaminadas na cidade de Volta Redonda, o Ministério Público ajuizou outras três ações civis públicas destinadas à remediação ambiental e indenização das áreas denominadas Marcia I, II, III e IV, Wandir I e II e Reciclam. Em relação a área denominada Marcia I, foi encerrada a fase de produção de provas em 04/03/20 houve decisão convertendo o julgamento em audiência de conciliação, dado o grande lapso de tempo transcorrido na conclusão a sentença (2017 à 2019), o que ficou postergado sem definição de nova data devido a pandemia. Nesta audiência, as partes deverão apresentar o status das medidas de gerenciamento ambiental da área. As outras duas ACPs encontram-se no estágio inicial e a CSN atualmente está realizando estudos ambientais que determinarão a extensão dos possíveis danos ambientais causados pela contaminação do solo, bem como a implementação de ações para cumprir as leis aplicáveis.

- Em 2015, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública contra a CSN requerendo a adequação e regularização da emissão de particulados da Usina Presidente Vargas, com a consequente paralisação de suas atividades. De acordo com a Resolução CONAMA nº 436/2011, as empresas teriam até dezembro de 2018 para ajustar a emissão de particulados aos novos padrões legais exigíveis. Este foi compatibilizado junto ao INEA com o cronograma de ações e medidas previstas no TAC 07/2018. Atualmente o processo aguarda o início da fase de instrução.

- Em 2016, a CSN foi citada em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em razão de suposto depósito irregular de resíduos na área denominada "Aterro Panco". Na referida ação, há pedidos para recuperação de áreas degradadas, reparação dos danos à flora e fauna, e à saúde humana, bem como indenização por danos materiais e morais causados ao meio ambiente. Atualmente o processo aguarda o início da fase de instrução.

- Em 1988, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a CSN por suposta contaminação ambiental e poluição do Rio Paraíba do Sul, causada supostamente pela atividade industrial na área. Em 1995, o juízo determinou a reunião dos processos n.º 15.497; n.º 17.563; n.º 7.304; e, n.º 7.624, face à conexão caracterizada e determinou o apensamento das 4 ações.

O Tribunal Regional Federal da Segunda Região manteve a condenação de primeira instância, reiterando a obrigação de a Companhia compensar os eventuais danos ambientais causados ao ecossistema. A Companhia recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que acolheu o recurso e anulou as decisões anteriores, determinando o retorno dos autos à 1ª Instância para retomada do processo. Atualmente o processo aguarda o novo início da fase de instrução.

- Em 2009 e 2010, foram assinados Termos de Acordos Judiciais (TAJ's) com o Ministério Público Federal buscando a recuperação de passivos ambientais causados pela mineração de carvão na Região Sudeste de Santa Catarina até a década de 1990. Os passivos ambientais abrangidos pelos acordos incluem a restauração de certas áreas degradadas. Em março de 2018, as partes renegociaram um novo acordo, com a extensão do cronograma de obras até 2030, o qual foi homologado judicialmente em 06/06/18. Atualmente a Companhia negocia junto ao MPF a suspensão dos prazos do TAJ para negociação e ajuste das obrigações e medidas compensatórias previstas.

- Em julho de 2018, a Companhia e a empresa Harsco Metals ("Harsco"), empresa prestadora de serviços para CSN, foram citadas em nova ação civil pública proposta conjuntamente pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em razão de suposto depósito irregular de resíduo (escória de aciaria) na área denominada "Pátio de Beneficiamento de Escória". Foi proferida decisão liminar que estabeleceu certa limitação no envio mensal da escória ao referido pátio, redução da altura das pilhas e retirada do excesso do material armazenado. No entanto, recentes estudos realizados por empresas independentes, atestam a ausência de riscos ou impactos ambientais. A Companhia e Harsco vêm buscando alternativas factíveis de solução para pôr fim ao processo. Atualmente, o processo aguarda o início da fase de instrução.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Em janeiro de 1995 foi ajuizada ACP, pelo Município de Volta Redonda/RJ (“MVR”), pleiteando a condenação da CSN no cumprimento de 26 itens de Programas Ambientais Compensatórios. Após a contestação, as partes celebraram instrumento de Transação (1995), fixando as efetivas obrigações da CSN, bem como a compensação ambiental, homologada em Juízo por sentença. O Município de Volta Redonda discordou sobre o cumprimento do acordo homologado e em 2015 foi iniciado o processo de liquidação das obrigações não cumpridas. Em 27/12/18, foi assinado um novo acordo entre a CSN e o MVR para pôr fim à disputa judicial, mediante concessões recíprocas das partes, cabendo ao MVR a renúncia expressa ao direito sobre o qual se funda a ação e à CSN o investimento adicional no valor de R\$21 milhões, devendo 30% desse valor ser destinado a serviços de interesse ambiental, obras de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente de Volta Redonda. Em 2019 foi homologado o acordo firmado entre a CSN e o MVR com o desembolso efetivo pela CSN de R\$25MM, o qual foi objeto de recurso pelo Ministério Público, entretanto indeferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, confirmando-se a decisão do juízo de 1ª instância que homologou o acordo firmado entre a Cia. e o MVR.

- Em agosto de 2017 foi iniciada, pela CSN, ação anulatória contra o auto de infração que impôs multa à CSN (R\$ 25 milhões - atualizado até dezembro/19), por suposta poluição da água do Rio Paraíba do Sul, com lançamento de efluentes da ETE do Alto Forno 2, devido acidente ocorrido em 27/11/2010. A exigibilidade da multa encontra-se suspensa por força de liminar, bem como o processo aguarda o início da fase de instrução.

- Em dezembro de 2019 foi iniciada Ação Civil Pública em face de Sepetiba TECON e do INEA visando a suspensão dos processos de licenciamento ambiental do terminal de contêineres Sepetiba TECON até que seja realizado o estudo da capacidade de suporte ambiental da Baía de Sepetiba, devendo o INEA abster-se de licenciar novos empreendimentos ou atividades potencialmente poluidoras no local, que venham a prejudicar o equilíbrio socioambiental da Baía e a preservação da fauna marinha. Sepetiba TECON tomou conhecimento da ação por notícia veiculada no site do MPF. Em 19/12/19, foi indeferido pelo juízo o pedido de tutela de urgência requerido pelo MPF, bem como determinada a oitiva da União Federal e do IBAMA. Após apresentada a contestação pela TECON, o processo aguarda o início da fase de instrução.

- Em junho de 2019 foi proposta pela CSN ação judicial contra a Notificação INEA que determinou a suspensão das operações de movimentação de granéis sólidos no TECON por suposta ausência de previsão da atividade no objeto da Licença de Operação respectiva. Concedida decisão liminar para suspender os efeitos da Notificação e permitir a continuidade da operação de movimentação de granéis sólidos até o julgamento final da ação. Após a decisão favorável ser confirmada pelo Tribunal em sede de recurso, o processo aguarda o início da fase de instrução.

▪ Processos Administrativos e Judiciais Possíveis

A Companhia não realiza as provisões dos processos, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível. A tabela a seguir demonstra um resumo do saldo das principais matérias classificadas como risco possível comparadas com o saldo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) / Execução Fiscal - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital por suposta venda de participação societária da controlada NAMISA	12.694.021	12.412.964
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM)- IRPJ/CSLL- Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela NAMISA	3.930.093	3.867.663
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) / Execução Fiscal - IRPJ/CSLL- Glosa dos juros de pré-pagamento decorrente dos contratos de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários	1.956.898	2.249.708
Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM) / Mandado de Segurança - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior períodos 2008, 2010, 2011, 2012 e 2014	3.461.574	2.946.288
Execuções Fiscais - ICMS - Crédito de energia elétrica	841.401	1.022.371
Compensações não homologadas - IRPJ/CSLL, PIS/COFINS e IPI	1.845.379	1.100.564
Glosa de créditos - ICMS - Transferência de minério	624.645	567.534
ICMS - transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação	317.848	310.349
Glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa decorrente de ajustes no SAPLI	583.478	538.268
Auto de Infração / Ação Anulatória - IRRF- Ganho de Capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior	260.326	254.850
CFEM - Divergência sobre o entendimento da CSN e DNPM sobre a base de cálculo	1.051.661	1.020.266
Auto de Infração - ICMS - Questionamento sobre vendas para Zona Incentivada	1.111.034	1.015.812
Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais)	3.886.976	4.478.014
Processos previdenciários	233.116	325.492
Ação para discutir o equilíbrio do contrato de empreitada - Tebas	487.124	468.776
Ação de cobrança das faturas de energia - Light	288.390	253.569
Ação indenizatória em razão da rescisão do contrato comercial de fornecimento - Indumill	237.795	215.281
Ação de Execução proposta pelo CADE	95.833	93.212
Ação Cível Pública Realocação Bairros /Escola/Creche- Barragem Casa de Pedra ⁽¹⁾	12.207	20.000
Outros processos cíveis	777.850	764.127
Processos trabalhistas e previdenciários trabalhistas	1.506.626	1.565.237
Execução Fiscal Multa Volta Grande IV ⁽²⁾	94.304	84.599
ACP Aterro Márcia I ⁽³⁾	306.389	
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) – RFB – Cobrança de IRRF – Combinações de negócios (ano 2015) entre NAMISA, Congonhas Minérios (atual CSN Mineração) e Consórcio Asiático	862.324	
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - SEFAZ/RJ - ICMS sobre aquisições de Produtos intermediários ⁽⁴⁾	498.002	
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - RFB - Glosa de Créditos PIS/COFINS de insumos e fretes	1.082.517	
Outros processos ambientais	257.965	215.691
	39.305.776	35.790.635

(1) Em maio de 2019, o Ministério Público Estadual do Estado de Minas Gerais ajuizou uma ACP para obrigar a CSN Mineração S.A. a adotar medidas mitigadoras quanto aos riscos e prejuízos psicológicos supostamente gerados pela Barragem Casa de Pedra, realocando os moradores, que assim queiram, arcando com aluguéis e ajuda social, bem como realocando as crianças que frequentavam nova creche e a escola que foram interditadas, reconstruindo novas creche e escola em local seguro. Em sede liminar, a Magistrada de 1ª Instância determinou o bloqueio de três milhões de reais visando a construção da creche e da escola, decisão suspensa pelo Tribunal de 2ª instância. O Ministério Público Estadual do Estado de Minas Gerais pugnou ainda pelo pagamento de danos morais coletivos, bem como pela realocação definitiva das pessoas, às custas da CSN Mineração S.A. A ação está na fase inicial e ainda não há sentença judicial relacionada ao caso.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(2) Em 8 de abril de 2013, o INEA aplicou à CSN multa no valor original de R\$ 35 milhões em relação aos aspectos envolvendo o condomínio Volta Grande IV, determinando que fossem realizadas as ações já ponderadas e discutidas na ação civil pública ajuizada em julho de 2012. Em relação à aplicação desta multa, foi ajuizada ação anulatória, distribuída, em janeiro de 2014, à 10ª Vara Cível da Comarca do Estado do Rio de Janeiro, visando a anulação da multa e de seus efeitos. Em paralelo, o INEA ajuizou ação de execução fiscal, com valor reajustado em R\$ 42 milhões, com o objetivo de executar o montante da multa imposta. A ação de Execução Fiscal mencionada foi distribuída em maio de 2014 ao 4º Cartório da Dívida Ativa de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, as referidas ações estão suspensas até a conclusão da perícia a ser realizada na Ação Civil Pública Ambiental do Condomínio Volta Grande IV, cujo mérito discute eventual contaminação do local.

(3) Trata-se de Ação Civil Pública Ambiental, proposta pelo MPF, com pedido de indenização a título de danos morais coletivos e danos materiais, por suposto depósito irregular de resíduos siderúrgicos, além de fixada astreintes por descumprimento da liminar.

(4) Auto de Infração (AIIM) lavrado pela SEFAZ/RJ para exigência de ICMS e Multa pelo suposto aproveitamento indevido de crédito de ICMS do período de 2015 a 2020 decorrente da aquisição de Produtos intermediários utilizados na UPV (refratários, correias, cilindros, agentes químicos, etc), os quais foram classificados pela Fiscalização como de uso/consumo e sem direito ao crédito.

A Companhia tem ofertado garantias judiciais (Seguro Garantia/Carta Fiança) no montante total e atualizado de R\$4.542.786, conforme determina a legislação processual vigente.

As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Prática Contábil

São registradas apenas as provisões classificadas como risco de perda provável estimadas e consideradas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação dos seus assessores jurídicos e que serão necessários recursos para liquidar a obrigação. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

21. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos ambientais	192.830	192.270	178.638	163.659
Desativação de ativos	611.005	331.731	50.886	805
	803.835	524.001	229.524	164.464

21.a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2020 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no CPC 25.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21.b) Desativação de Ativos

Em 2020 após antecipar a descontinuidade das barragens utilizadas em suas atividades de mineração, a Companhia atualizou o estudo para reconhecimentos dos custos com desativação dos ativos minerários. O estudo resultou no aumento da provisão em R\$279 milhões, devido, principalmente, a:

- i) expansão das áreas operacionais com implantação de novas tecnologias;
- ii) revisão no processo de descaracterização das barragens e
- iii) aplicação dos índices de inflação sobre os custos.

Prática Contábil

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

As despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

As obrigações com desativação de ativos "A.R.O" (Asset retirement obligation) consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

22. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

22.a) Transações com Controladores

A Vicunha Aços S.A. é a principal acionista da Companhia detendo 49,24% de participação no capital votante.

Também integrando o controle da Companhia está a Rio Iaco Participações S.A. que detêm participação no capital votante da CSN de 4,22%.

A estrutura societária da Vicunha Aços S.A. é a seguinte:

Vicunha Steel S.A. – detém participação de 67,93% na Vicunha Aços S.A

CFL Participações S.A. – detém participação de 12,82% na Vicunha Aços S.A e de 40% na Vicunha Steel S.A.

Rio Purus Participações S.A. – detém participação de 19,25% na Vicunha Aços S.A e de 60% na Vicunha Steel S.A.

• Passivo

Em 31 de dezembro de 2020 foi proposta a distribuição, a título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$443.694 para a acionista Vicunha Aços S.A e de R\$37.997 para a Rio Iaco Participações S.A. que serão submetidos à deliberação na Assembleia Geral Ordinária.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22.b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas, fundos exclusivos e outras partes relacionadas

• Consolidado

	31/12/2020				31/12/2019			
	Controladas e Coligadas	Joint-ventures e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Total	Controladas e Coligadas	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas	Total
Ativo								
Ativo Circulante								
Aplicações Financeiras ⁽¹⁾			3.763.603	3.763.603			2.116.560	2.116.560
Contas a Receber (nota 6) ⁽²⁾	7.686	8	113.482	121.176	39.435	797	130.356	170.588
Dividendos (nota 9) ⁽³⁾		38.088		38.088		44.554		44.554
Outros ativos circulantes (nota 9)		4.413	1.829	6.242			1.830	1.830
	7.686	42.509	3.878.914	3.929.109	39.435	45.351	2.248.746	2.333.532
Ativo Não Circulante								
Aplicações Financeiras ⁽¹⁾			123.409	123.409			95.719	95.719
Empréstimos (nota 9) ⁽⁴⁾	3.375	962.675		966.050	1.874	844.426		846.300
Ativo Atuarial (nota 30)			13.819	13.819			13.714	13.714
Outros ativos não circulantes (nota 9) ⁽⁵⁾		664.020		664.020		428.672		428.672
	3.375	1.626.695	137.228	1.767.298	1.874	1.273.098	109.433	1.384.405
	11.061	1.669.204	4.016.142	5.696.407	41.309	1.318.449	2.358.179	3.717.937
Passivo								
Passivo circulante								
Empréstimo Intercompany (nota 13)							25.038	25.038
Fornecedores		106.946	9.455	116.401		98.496	142.488	240.984
Contas a Pagar (nota 15)		23.555	2.437	25.992		23.566		23.566
Provisão para consumo (nota 15)		44.466		44.466		22.497		22.497
		174.967	11.892	186.859		144.559	167.526	312.085
Passivo não circulante								
Contas a Pagar (nota 15)		78.083		78.083		88.021		88.021
Passivo Atuarial (nota 30)			79.546	79.546			19.788	19.788
		78.083	79.546	157.629		88.021	19.788	107.809
		253.050	91.438	344.488		232.580	187.314	419.894
Resultado								
Vendas	104.400	843	1.568.992	1.674.235	75.630		1.047.204	1.122.834
Custos e Despesas		(1.036.420)	(104.212)	(1.140.632)	(231.140)	(1.133.142)	(594.676)	(1.958.958)
Resultado Financeiro								
Juros (nota 28)		19.095	18.421	37.516		43.790	20.499	64.289
Varições Cambial e Monetárias Líquidas							3.586	3.586
Aplicações Financeiras (nota 28)			1.190.489	1.190.489				
Outras despesas e receitas operacionais						(14.939)	(136.004)	(150.943)
	104.400	(1.016.482)	2.673.690	1.761.608	(155.510)	(1.104.291)	340.609	(919.192)

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• Controladora

					Controladora			
					31/12/2020			
					Controladas e Coligadas	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas e Fundos exclusivos	Total
					Controladas e Coligadas	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas e Fundos exclusivos	Total
Ativo								
Ativo Circulante								
Aplicações Financeiras	(1)		3.801.985	3.801.985			2.124.626	2.124.626
Contas a Receber (nota 6)	(2)	835.489	8	112.222	947.719	814.756	128.867	943.623
Empréstimos (nota 9)		53.718		53.718				
Dividendos (nota 9)	(3)	308.009	21.404	329.413	11.164	22.283		33.447
Outros ativos circulantes (nota 9)		3.888		1.829	12.940	1	1.829	14.770
		1.201.104	21.412	3.916.036	5.138.552	838.860	2.255.322	3.116.466
Ativo Não Circulante								
Aplicações Financeiras	(1)		123.409	123.409			95.719	95.719
Empréstimos (nota 9)	(4)	134.892	872.785	1.007.677	140.519	742.875		883.394
Ativo Atuarial (nota 30)			1.803	1.803				
Outros ativos não circulantes (nota 9)	(5)	236.180	664.020	900.200	246.128	428.672		674.800
		371.072	1.536.805	125.212	2.033.089	386.647	1.171.547	1.653.913
		1.572.176	1.558.217	4.041.248	7.171.641	1.225.507	1.193.831	4.770.379
Passivo								
Passivo circulante								
Empréstimo Intercompany (nota 13)	(6)	502.590		502.590	1.549.984		25.038	1.575.022
Fornecedores		1.311.358	62.698	9.299	1.383.355	732.809	36.401	910.929
Contas a Pagar (nota 15)		102.361		2.437	104.798	92.352		92.352
Provisão para consumo (nota 15)		133.215	12.317	145.532	342.728	22.497		365.225
		2.049.524	75.015	11.736	2.136.275	2.717.873	58.898	2.943.528
Passivo não circulante								
Empréstimo Intercompany (nota 13)	(6)	14.567.024		14.567.024	8.612.880			8.612.880
Contas a Pagar (nota 15)		222.834		222.834	318.967			318.967
Passivo Atuarial (nota 30)			79.546	79.546			19.788	19.788
		14.789.858	79.546	14.869.404	8.931.847		19.788	8.951.635
		16.839.382	75.015	91.282	17.005.679	11.649.720	58.898	11.895.163

					Controladora			
					31/12/2020			
					Controladas e Coligadas	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas e Fundos exclusivos	Total
					Controladas e Coligadas	Joint Venture e Joint Operation	Outras Partes Relacionadas e Fundos exclusivos	Total
Receita líquida e Custos								
Vendas		2.144.814		1.569.013	3.713.827	1.789.015	1.047.204	2.836.219
Custos e Despesas		(2.326.640)	(359.195)	(95.749)	(2.781.584)	(1.752.820)	(318.652)	(587.156)
Resultado Financeiro								
Juros (nota 28)		(417.366)	29.780	18.066	(369.520)	(318.793)	51.395	(248.234)
Fundos Exclusivos (nota 28)				217	217		1.322	1.322
Aplicações Financeiras (nota 28)				1.190.489	1.190.489			
Variações Cambial e Monetárias Líquidas		(3.425.602)		(3.425.602)	(420.668)		3.586	(417.082)
Outras despesas e receitas operacionais							(136.005)	(136.005)
		(4.024.794)	(329.415)	2.682.036	(1.672.173)	(703.266)	348.115	(622.408)

Informações Consolidado e Controladora:

1. Aplicações Financeiras

São investimentos em ações da Usiminas R\$ 3.305.109 (R\$ 2.114.620 em dezembro de 2019) e caixa e equivalentes de caixa com o Banco Fibra totalizando R\$458.494 em dezembro de 2020 (R\$1.940 em dezembro de 2019) e no não circulante R\$123.409 (R\$ 95.719 em dezembro de 2019) de *Bonds* com taxa média de 98% a 115% do CDI no consolidado e detém na controladora através dos fundos exclusivos aplicações em títulos públicos e CDBs no montante de R\$38.517 em 31 de dezembro de 2020 (R\$8.301 em 31 de dezembro de 2019).

2. Contas a Receber: refere-se principalmente a operações de vendas de produtos siderúrgicos da Controladora para coligadas e empresas *joint-venture* e *joint-operation*.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. **Dividendos a receber** com a MRS Logística R\$ 38.088 (R\$44.554 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado e na controladora R\$ 329.413 (R\$33.447 em 31 de dezembro de 2019).

4. **Empréstimos (Ativo):**

No Consolidado refere-se principalmente a contratos de mútuos com taxa média de 125,0% a 130,0% do CDI com a Transnordestina Logística S.A. de R\$ 962.675 (R\$844.426 em 31 de dezembro de 2019).

Na Controladora refere-se a contratos de mútuo com a Transnordestina Logística S.A. de R\$872.785 e com a Ferrovia Transnordestina S.A de R\$112.420 em 31 de dezembro de 2020 e (R\$742.875 e R\$ 97.351 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente.)

5. **Outros (Ativo):** Adiantamento para futuro aumento de capital com controladas de R\$ 664.020 com a Transnordestina Logística S.A. (R\$ 428.672 em 31 de dezembro de 2019).

Controladora

6. **Empréstimos (Passivo):**

Moeda estrangeira: Contratos intercompany no montante de R\$15.051.191 (R\$10.135.358 em 31 de dezembro de 2019).

Moeda nacional: Contratos intercompany no montante de R\$18.423 (R\$52.545 em 31 de dezembro de 2019).

22.c) Outras partes relacionadas não consolidadas

• **CBS Previdência**

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos.

• **Banco Fibra**

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Aços S.A., controladora direta da Companhia, e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

• **Fundação CSN**

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN, da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

• **Partes Relacionadas sob controle de membro da Administração da Companhia**

São empresas sob controle de membro da Administração cujo mantiveram transações com a Companhia:

- Partifib Projetos Imobiliários Ltda
- Vicunha Imóveis Ltda.
- Vicunha Serviços Ltda.
- Ibis Participações e Serviços Ltda

22.d) Pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo seguem as informações sobre a remuneração e os saldos existentes em 31 de dezembro de 2020.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2020	31/12/2019
	Resultado	
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	40.522	37.452
Benefícios pós-emprego	111	109
	40.633	37.561

22.e) Avais e Fianças

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Transnordestina Logística	R\$	Até 19/09/2056 e Indeterminado	2.478.105	2.428.194	35.496	37.406	3.298	8.702	2.516.899	2.474.302
FTL - Ferrovia Transnordestina	R\$	Até 01/04/2021		43.118						43.118
Cia Metalurgica Prada	R\$	Indeterminado			196	457	244	235	440	692
CSN Energia	R\$	Até 26/11/2023 e Indeterminado				3.141	1.920	1.920	1.920	5.061
CSN Mineração	R\$	Até 21/12/2024	846.749	1.184.048					846.749	1.184.048
Estanho de Rondônia	R\$	15/07/2022	1.154	1.902					1.154	1.902
Minérios Nacional S.A.	R\$	Até 10/09/2021	1.946	4.544					1.946	4.544
Total em R\$			3.327.954	3.661.806	35.692	41.004	5.462	10.857	3.369.108	3.713.667
CSN Inova Ventures	US\$	28/01/2028	1.300.000						1.300.000	
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
CSN Resources	US\$	Até 17/04/2026	1.525.000	1.958.603					1.525.000	1.958.603
Total em US\$			3.825.000	2.958.603					3.825.000	2.958.603
CSN Steel S.L.	EUR			24.000						24.000
Total em EUR				24.000						24.000
Total em R\$			19.877.378	12.033.973					19.877.378	12.033.973
			23.205.332	15.695.779	35.692	41.004	5.462	10.857	23.246.486	15.747.640

Prática Contábil

As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

As transações entre a Controladora e suas subsidiárias são eliminadas e ajustadas para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Controladora.

As partes relacionadas da Companhia são subsidiárias, joint ventures, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.a) Capital social integralizado

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 R\$6.040.454 milhões (R\$4.540 milhões em 31 de dezembro de 2019) é dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2021, aprovou a capitalização de parte da reserva estatutária constituída, no montante de R\$1.500 milhões, sem a modificação do número de ações, passando o capital social da Companhia para R\$6.040 milhões.

23.b) Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2020 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 ações, por decisão do Conselho de Administração.

23.c) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

23.d) Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2020, a composição acionária é a seguinte:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Capital votante
Vicunha Aços S.A. (*)	679.522.254	48,97%	49,24%	679.522.254	48,97%	49,24%
Rio Iaco Participações S.A. (*)	58.193.503	4,19%	4,22%	58.193.503	4,19%	4,22%
NYSE (ADRs)	248.763.533	17,93%	18,02%	262.206.103	18,90%	19,00%
Outros acionistas	393.635.257	28,37%	28,52%	380.192.687	27,40%	27,55%
Total de ações em circulação	1.380.114.547	99,47%	100,00%	1.380.114.547	99,47%	100,00%
Ações em tesouraria	7.409.500	0,53%		7.409.500	0,53%	
Total de ações	1.387.524.047	100,00%		1.387.524.047	100,00%	

(*) Empresas do grupo controlador.

23.e) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2020 a posição das ações em tesouraria era a seguinte:

Programa	Autorização do Conselho	Quantidade autorizada	Prazo do programa	Custo médio de aquisição	Custo mínimo e custo máximo de aquisição	Alienação das ações	Saldo em tesouraria
	20/04/2018	30.391.000	De 20/04/2018 a 30/04/2018	Não aplicável	Não aplicável	22.981.500	7.409.500

Em 31 de dezembro de 2020 a posição das ações em tesouraria era a seguinte:

Quantidade adquirida (em unidades)	Valor total pago pelas ações	Custo das ações			Valor de mercado das ações em 31/12/2020 (*)
		Mínimo	Máximo	Médio	
7.409.500	R\$ 58.264	R\$ 4,48	R\$ 10,07	R\$ 7,86	R\$ 235.993

(*) Utilizada a cotação média das ações em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$31,85 por ação.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23.f) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

A Companhia adota uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na destinação de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

23.g) Resultado por ação

Abaixo é apresentado o resultado por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
	Ações ordinárias	
Lucro líquido do exercício	3.794.295	1.789.067
Média ponderada da quantidade de ações	1.380.114.547	1.380.114.547
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	2,74926	1,29632

Prática Contábil

Capital Social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Lucro/(Prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

Ações em tesouraria

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou vendidas. Quando essas ações são subsequentemente vendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

Resultado por ação

O lucro/prejuízo básico e diluído por ação foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não detém ações ordinárias potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

Transações e participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

24. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Apresentamos a seguir a destinação do lucro para 2020:

		31/12/2020
Lucro do exercício		3.794.295
Reserva legal	5%	(189.715)
Lucro para destinação		3.604.580
Destinação proposta:		
Dividendo mínimo obrigatório	25%	(901.145)
Reserva estatutária		(2.703.435)
		(3.604.580)
Média ponderada da quantidade de ações		1.380.114.547
Dividendos por ação		0,652949
No passivo circulante		
Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2019		13.252
Dividendos pagos no exercício		(12.414)
Dividendos propostos no exercício de 2020		901.145
Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2020		901.983

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) será deliberada a proposta de destinação do lucro apresentada nas demonstrações financeiras.

Prática Contábil

De acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos como dividendos, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que ficará destacado no passivo circulante. Além disso, o Conselho de Administração poderá pagar juros sobre o capital próprio imputando o montante dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo mínimo obrigatório mencionado acima. Caso a Companhia informe dividendo superior ao mínimo obrigatório na proposta de destinação, esse montante é destacado em conta específica no patrimônio líquido em "Dividendo Adicional Proposto". Na assembleia Geral Ordinária (AGO) será feito a deliberação sobre a proposta da destinação na demonstração financeira.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita Bruta				
Mercado interno	16.652.801	14.220.420	16.078.411	13.621.367
Mercado externo	17.396.259	14.663.297	1.790.735	1.187.744
	34.049.060	28.883.717	17.869.146	14.809.111
Deduções				
Vendas canceladas, descontos e abatimentos	(248.821)	(325.794)	(232.953)	(312.182)
Impostos incidentes sobre vendas	(3.736.219)	(3.121.506)	(3.451.784)	(2.895.523)
	(3.985.040)	(3.447.300)	(3.684.737)	(3.207.705)
Receita Líquida	30.064.020	25.436.417	14.184.409	11.601.406

Prática Contábil

A partir de 1º de janeiro de 2018 o IFRS15/CPC 47 foi adotado pela Companhia e reconhece suas receitas assim que todas as condições abaixo forem satisfeitas:

- Identificação do contrato de venda de bens ou prestação de serviços;
- Identificação das obrigações de desempenho;
- Determinação do valor do contrato;
- Apurações do valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho incluídas no contrato; e
- Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou no momento em que as obrigações de desempenho são concluídas.

As receitas operacionais da Companhia são geradas através da produção e venda de produtos de aço, minério e cimentos, serviços de fretes nos casos de exportação de produtos, serviços de logística ferroviária e portuária e venda de energia, no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente.

O reconhecimento da receita se dá quando ou à medida que a entidade satisfizer uma obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço ao cliente, sendo que por obrigação de performance entende-se como uma promessa executória em um contrato com um cliente para a transferência de um bem/serviço ou uma série de bens ou serviços.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Os serviços de frete exportação nas modalidades CFR (*Cost and Freight*) e CIF(*Cost, Insurance and Freight*), onde a Companhia é responsável pelo serviço de frete, são considerados serviços distintos e, portanto, uma obrigação separada, tendo sua alocação à parte do preço da transação e com reconhecimento no resultado conforme a efetiva prestação do serviço ao longo do tempo. Tal receita alocada ao frete não afeta de forma significativa o resultado do exercício da Companhia e, portanto, a mesma não é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Para os demais serviços prestados, a receita é reconhecida em função de sua realização.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Matérias primas e insumos	(6.928.517)	(7.287.933)	(6.912.695)	(6.733.006)
Mão de obra	(3.187.428)	(2.807.280)	(1.356.492)	(1.345.202)
Suprimentos	(2.150.452)	(1.981.547)	(1.524.099)	(1.446.707)
Manutenção (serviços e materiais)	(1.340.255)	(1.340.135)	(491.487)	(629.786)
Serviços de terceiros	(2.217.657)	(2.392.626)	(889.201)	(693.704)
Fretes	(216.506)	(334.509)	(32.655)	(246.957)
Fretes distribuição	(1.421.079)	(1.787.979)	(363.138)	(254.408)
Depreciação, amortização e exaustão	(2.421.458)	(1.421.704)	(876.064)	(701.370)
Outros	(1.750.424)	(763.421)	(211.062)	(34.034)
	(21.633.776)	(20.117.134)	(12.656.893)	(12.085.174)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos	(19.124.901)	(17.263.264)	(11.755.186)	(11.285.668)
Despesas com vendas	(2.004.417)	(2.342.805)	(676.518)	(542.393)
Despesas gerais e administrativas	(504.458)	(511.065)	(225.189)	(257.113)
	(21.633.776)	(20.117.134)	(12.656.893)	(12.085.174)

As adições da depreciação, amortização e exaustão do período foram distribuídas conforme abaixo.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo de Produção ⁽¹⁾	(2.374.046)	(1.385.306)	(851.363)	(677.454)
Despesa Vendas	(13.978)	(11.539)	(11.772)	(10.052)
Despesa Gerais e Administrativas	(33.434)	(24.859)	(12.929)	(13.864)
	(2.421.458)	(1.421.704)	(876.064)	(701.370)
Outras operacionais ⁽²⁾	(95.270)	(97.627)	(10.455)	(16.033)
	(2.516.728)	(1.519.331)	(886.519)	(717.403)

(1) A extração de minério de ferro da Companhia em 2020 passou a utilizar em 100% de seu processo produtivo a filtragem e empilhamento de rejeito a seco. Como consequência normal da operação, o uso de barragens tornou-se obsoleto, e consequentemente, os ativos de barragens chegaram ao final de suas vidas úteis em 31 de dezembro de 2020. Em decorrência da obsolescência técnica e funcional das barragens, o saldo contábil destes ativos em sua totalidade, (R\$ 515.491), foi integralmente depreciado em 2020 e apropriado ao custo de produção.

No custo de produção, estão inclusos os créditos de PIS e COFINS sobre os contratos de Arrendamento em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 5.335 no consolidado e R\$2.036 na controladora.

(2) Referem-se substancialmente a depreciação das propriedades para investimento, dos equipamentos paralisados e Amortização Carteira de Clientes SWT, vide nota 27.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras receitas operacionais				
Recebíveis por indenização ⁽¹⁾	245.945	56.180	244.437	15.568
Aluguéis e arrendamentos	9.096	9.462	8.703	9.044
Dividendos recebidos	1.197	32.747	575	32.102
PIS, COFINS e INSS a compensar ⁽²⁾	120.452	123.677	97.154	123.677
Multas Contratuais	4.783	4.486	2.821	3.403
Plano de pensão atuarial	55.695	47.151	47.368	40.239
Atualização ações - VJR (nota 14 II)	12.579		12.579	
Acordo contratual		131.817		131.817
Outras receitas	32.747	98.250	10.166	70.749
	482.494	503.770	423.803	426.599
Outras despesas operacionais				
Impostos e taxas	(46.338)	(95.873)	(33.337)	(65.079)
Despesas com passivo ambiental líquidas	16.151	(82.669)	(1.162)	(1.300)
Despesas/Reversão com processos judiciais líquidas	(130.869)	(19.685)	(108.539)	14.714
Multas contratuais		(106.926)		(106.894)
Depreciação propriedades para investimento, equipamentos paralisados e amortização de ativos intangíveis (nota 26)	(95.270)	(97.627)	(10.455)	(16.033)
Baixas de imobilizado, intangível e propriedade para investimento (notas 10, 11 e 12)	(13.130)	(114.603)	(4.560)	(90.001)
(Perdas)/Reversão estimadas em estoques	(179.012)	(136.827)	(84.208)	(42.496)
Ociosidade operacional e equipamentos paralisados ⁽³⁾	(303.975)	(546.968)	(85.508)	(540.700)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(27.137)	(26.171)	(15.503)	(23.517)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(620)	(1.741)	(620)	(1.741)
Despesa plano de saúde	(117.193)	(119.560)	(116.529)	(119.025)
Hedge fluxo de caixa realizado (nota 14) ⁽⁴⁾	(1.951.035)	(790.353)	(1.667.886)	(790.353)
Atualização ações - VJR (nota 14 II)		(118.780)		(118.780)
Outras despesas	(421.628)	(149.068)	(285.729)	(83.021)
	(3.270.056)	(2.406.851)	(2.414.036)	(1.984.226)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	(2.787.562)	(1.903.081)	(1.990.233)	(1.557.627)

- Em junho 2020, a Companhia recebeu após decisão de sentença judicial R\$ 84.435 de indenização, sendo R\$ 58.785 por aluguéis em atraso advinda de uma de suas propriedades para investimento e, R\$25.650 referente uma ação de cobrança de seguro por danos materiais causados pela empreiteira na construção da planta de aços longos. Adicionalmente em junho foi reconhecido o valor de principal no montante de R\$147.612 de recebíveis por indenização (vide nota 9).
- Em 2020, trata-se de recuperação do crédito de INSS incidentes em benefícios concedidos aos empregados que não deveriam ser consideradas na base de cálculo da contribuição. Em 2019, trata-se da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.
- É a capacidade não utilizada em função de volume de produção inferior ao normal. Na Controladora deve-se à parada para reforma do Alto-Forno 3 e no Consolidado à capacidade ociosa nas atividades de mineração por conta de atrasos na liberação de licenças ambientais, que retardaram a abertura de novas frentes de lavra, bem como dos novos processos de rejeito a seco ainda em fase de ajustes e "ramp-up".
- Em 31 de dezembro de 2020 está registrado em Outras Despesas Operacionais (R\$1.951.035) no Consolidado e (R\$1.667.886) na Controladora, os efeitos são do Hedge de Fluxo de Caixa de câmbio (R\$1.667.886) e Hedge de Fluxo de Caixa do índice "Platts" (R\$283.149), vide nota 14.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Partes relacionadas (nota 22 b)	51.124	79.228	55.118	76.739
Rendimentos sobre aplicações financeiras	58.061	93.471	40.865	56.210
Atualização ações - VJR (nota 14 II) ⁽¹⁾	1.190.489		1.190.489	
Outros rendimentos ⁽²⁾	503.054	206.343	490.349	131.580
	1.802.728	379.042	1.776.821	264.529
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira (nota 13 b)	(1.600.973)	(1.128.520)	(234.821)	(286.348)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional (nota 13 b)	(401.079)	(867.785)	(353.508)	(766.863)
Partes relacionadas	(13.608)	(14.939)	(424.421)	(323.651)
Passivos de arrendamento	(50.804)	(49.118)	(3.688)	(4.521)
Juros Capitalizados (notas 11 e 33)	92.506	117.189	29.612	27.961
Juros e multas	(290.673)	(158.794)	(147.489)	(150.510)
Ajuste ao valor presente de Fornecedores	(139.566)		(95.280)	
Comissões, fianças, garantia e despesas bancárias	(162.085)	(217.784)	(140.917)	(170.407)
PIS/COFINS s/ receitas financeiras	(39.149)	(25.176)	(28.125)	(15.341)
Outras despesas financeiras	(270.764)	(217.864)	(54.026)	(46.295)
	(2.876.195)	(2.562.791)	(1.452.663)	(1.735.975)
Outros itens financeiros líquidos				
Variações monetárias e cambiais líquidas	392.971	47.579	1.021.970	100.041
Resultado de derivativos cambiais (*)	(115.815)	4.986	(106.143)	4.203
	277.156	52.565	915.827	104.244
	(2.599.039)	(2.510.226)	(536.836)	(1.631.731)
Resultado financeiro líquido	(796.311)	(2.131.184)	1.239.985	(1.367.202)
(*) Demonstração dos resultados das operações com derivativos (nota 14)				
Sw ap dólar x euro	(9.070)	783		
Sw ap GBP x euro	(602)			
Sw ap CDI x Dólar	(106.143)	4.203	(106.143)	4.203
	(115.815)	4.986	(106.143)	4.203

(1) Refere-se a valorização das ações da Usiminas no montante de R\$1.190.489 em dezembro 2020. Em dezembro de 2019 as ações da Usiminas foram reclassificadas para aplicações financeiras e sua atualização passou a ser reconhecida no resultado financeiro tanto na controladora quanto no consolidado.

(2) Refere-se principalmente a reconhecimento da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$81.758 em 31 de dezembro de 2020 (R\$160.609 em 31 de dezembro de 2019) no Consolidado e na Controladora R\$79.624 e R\$160.609 respectivamente, e atualização no valor de R\$369.571 de recebíveis por indenização (vide nota 9).

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir:

• Siderurgia

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do país, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Companhia produzem aços laminados a quente, laminados a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, produz laminados a frio e aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, importação e comercialização de produtos de aços. A Stahlwerk Thüringen (SWT), localizada na Alemanha produz aços longo é especializada na produção de perfis usados na construção civil.

Em janeiro de 2014 iniciou-se a operação de longos no Brasil, que consolida o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

• **Mineração**

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho.

As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, que, além de produzirem também comercializam minério de ferro adquirido de terceiros.

Ao final do ano de 2015, a CSN e o Consórcio Asiático formalizaram um acordo de acionistas para a combinação dos ativos ligados às operações de minério de ferro e logística correlata, formando uma nova empresa, que concentrou as atividades de mineração do Grupo a partir de dezembro de 2015. Neste contexto, a nova empresa, atualmente denominada CSN Mineração S.A., passou a deter o arrendamento do TECAR, bem como a mina de Casa de Pedra e a totalidade das ações da Namisa, que foi incorporada em 31 de dezembro de 2015. A CSN ainda detém 100% da Minérios Nacional que reúne as minas de Fernandinho (operacional), Cayman e Pedras Pretas (recursos minerais), todas localizadas em Minas Gerais.

Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho no Estado de Rondônia.

• **Logística**

i. Ferroviária

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., as quais detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

a) MRS

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais, na região Sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, da Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e da Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de sua mina de Casa de Pedra, em Minas Gerais, e coque e carvão do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, para Volta Redonda/RJ e os produtos destinados à exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro.

b) TLSA e FTL

A TLSA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividido em dois trechos: i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado – Recife,

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Itabaiana – Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - e Propriá - Jorge Lins (Malha I); e ii) a Malha II, que integra os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém.

Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

ii. Portuária

O segmento de logística portuária consolida a operação do terminal de Sepetiba construído após a lei de modernização dos portos (Lei 8.630/1993) que permitiu a transferência da realização das atividades portuárias para a iniciativa privada. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país.

• Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de cogeração termoeletrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999, que utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica.

• Cimento

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda/RJ.

A produção de clínquer está localizada em Arcos/MG, utilizando calcário de mina própria e também duas moagens de cimentos em adição às moagens que já operam em Volta Redonda/RJ.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

• Vendas por área geográfica

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

• Resultado por segmento

Para fins de elaboração e apresentação das informações por segmento de negócios, a Administração decidiu manter a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, conforme historicamente apresentado. Para fins de conciliação do resultado consolidado, os valores dessas empresas são eliminados na coluna “Despesas corporativas/eliminação”.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

								31/12/2020
Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Receita líquida (nota 25)	16.602.895	12.683.231	256.371	1.489.647	172.859	858.192	(1.999.175)	30.064.020
Custo produtos e serviços vendidos (nota 26)	(14.170.692)	(5.531.763)	(187.860)	(1.094.130)	(128.227)	(647.132)	2.634.903	(19.124.901)
Lucro Bruto	2.432.203	7.151.468	68.511	395.517	44.632	211.060	635.728	10.939.119
Despesas vendas e administrativas (nota 26)	(922.862)	(179.806)	(21.949)	(114.970)	(30.243)	(88.232)	(1.150.813)	(2.508.875)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas (nota 27)	(392.061)	(665.881)	(5.420)	52.569	(2.967)	(44.893)	(1.728.909)	(2.787.562)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 10)							71.755	71.755
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.117.280	6.305.781	41.142	333.116	11.422	77.935	(2.172.239)	5.714.437
Vendas por área geográfica								
Ásia		7.461.791					1.144.614	8.606.405
América do Norte	922.299							922.299
América Latina	327.900					995		328.895
Europa	3.627.011	3.688.851						7.315.862
Outras	4.346							4.346
Mercado externo	4.881.556	11.150.642				995	1.144.614	17.177.807
Mercado interno	11.721.339	1.532.589	256.371	1.489.647	172.859	857.197	(3.143.789)	12.886.213
TOTAL	16.602.895	12.683.231	256.371	1.489.647	172.859	858.192	(1.999.175)	30.064.020

								31/12/2019
Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovária				
Receita líquida (nota 25)	13.949.032	10.027.649	240.451	1.321.355	325.343	570.805	(998.218)	25.436.417
Custo produtos e serviços vendidos (nota 26)	(12.962.861)	(4.396.247)	(173.344)	(1.030.210)	(266.754)	(607.719)	2.173.871	(17.263.264)
Lucro Bruto	986.171	5.631.402	67.107	291.145	58.589	(36.914)	1.175.653	8.173.153
Despesas vendas e administrativas (nota 26)	(834.977)	(186.189)	(34.560)	(109.770)	(29.034)	(91.466)	(1.567.874)	(2.853.870)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas (nota 27)	(1.055.190)	(218.009)	(3.860)	147.155	(1.486)	(40.630)	(731.061)	(1.903.081)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 10)							125.715	125.715
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(903.996)	5.227.204	28.687	328.530	28.069	(169.010)	(997.567)	3.541.917
Vendas por área geográfica								
Ásia	2.980	6.742.946					1.463.870	8.209.796
América do Norte	767.977							767.977
América Latina	169.036							169.036
Europa	2.978.994	2.357.867						5.336.861
Outras	2.046							2.046
Mercado externo	3.921.033	9.100.813					1.463.870	14.485.716
Mercado interno	10.027.999	926.836	240.451	1.321.355	325.343	570.805	(2.462.088)	10.950.701
TOTAL	13.949.032	10.027.649	240.451	1.321.355	325.343	570.805	(998.218)	25.436.417

Prática Contábil

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis.

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores,

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN e quatro deles eleitos pelos participantes.

Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável, que está fechado para novas adesões desde setembro de 2013. A partir dessa data, todos os novos funcionários devem aderir ao Plano CBSPrev, estruturado na modalidade de contribuição definida, criado também em setembro de 2013.

Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2020 a CBS detinha 4.450.652 ações ordinárias da CSN (1.870.652 em 31 de dezembro de 2019). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R\$5,7 bilhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$5,5 bilhões em 31 de dezembro de 2019). Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, consequentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil.

São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de Benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores.

Para os planos de benefício definido, denominados "35% da Média Salarial" e "Plano de Suplementação da Média Salarial", a Companhia mantém garantia financeira com a CBS Previdência, entidade que administra os mencionados planos, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial, caso venha a ocorrer qualquer situação futura de perda atuarial ou ganho atuarial.

Atendendo ao previsto em legislação vigente, específica para o mercado de fundos de pensão, para os últimos 4 exercícios findos (2017, 2018, 2019 e 2020), não houve necessidade de pagamento das parcelas por parte da CSN, visto que os planos de benefício definido apresentaram ganhos atuariais no exercício.

30.a) Descrição dos planos de pensão

Plano de 35% da média salarial

Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial.

Plano de suplementação da média salarial

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar.

Plano misto de benefício suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

Plano CBS Prev

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano, o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício.

Com a criação do plano CBSPrev, o Plano misto de benefício suplementar foi desativado para entrada de novos participantes a partir de 16 de setembro de 2013.

Plano CBSPREV Namisa

É um plano de Contribuição Definida com benefícios de riscos durante a atividade (projeção dos saldos em caso de invalidez ou morte e auxílio-doença/auxílio-acidente). Está em funcionamento desde 06 de janeiro de 2012, quando foi criado para atender exclusivamente aos colaboradores da Nacional Minérios S/A. Após a reorganização societária, ocorrida em 2016, outras Patrocinadoras aderiram a esse Plano, entre elas, a CSN Mineração S.A.

Nesse plano, todos os benefícios oferecidos são calculados com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, e são pagos através de um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício. O Plano CBSPREV Namisa está fechado para entrada de novos participantes, desde julho de 2017 e em 2020 foi finalizado o processo de extinção do plano devido à retirada total de patrocínio.

30.b) Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (*Asset Liability Management*), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução 4.661/18, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

30.c) Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão	(13.819)	(13.714)	79.546	19.788
Benefícios de saúde pós-emprego			678.880	892.396
	(13.819)	(13.714)	758.426	912.184

	Controladora			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão	(1.803)		7.743	6.054
Benefícios de saúde pós-emprego			750.683	892.396
	(1.803)		758.426	898.450

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente da obrigação de benefício definido	3.645.822	3.581.460
Valor justo dos ativos do plano	(3.766.194)	(3.894.488)
Déficit/(Superávit)	(120.372)	(313.028)
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	186.099	319.102
Passivo / (Ativo) Líquido	65.727	6.074
Passivos	79.546	19.788
Ativos	(13.819)	(13.714)
Passivo/ (Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial	65.727	6.074

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações no início do exercício	3.581.460	3.087.433
Custo do serviço	968	1.093
Custo dos juros	236.551	283.487
Contribuições de participante realizadas no período	1.998	2.126
Benefícios pagos	(278.960)	(269.995)
Perda/(ganho) atuarial	103.805	477.316
Valor presente das obrigações no final do exercício	3.645.822	3.581.460

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(3.894.488)	(3.403.906)
Receita com juros	(257.946)	(314.102)
Benefícios pagos	278.960	269.995
Contribuições de participante realizadas no período	(1.998)	(2.127)
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	109.279	(444.348)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(3.766.193)	(3.894.488)

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado é demonstrada a seguir:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Custos de serviços correntes	968	1.093
Custos de juros	236.551	283.487
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(257.946)	(314.102)
Juros sobre o efeito do limite de ativo	21.737	21.502
Total dos custos (receitas), líquidos	1.310	(8.020)

O (custo) /receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
(Ganhos) e perdas atuariais	103.805	477.316
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	109.279	(444.348)
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)	(154.741)	73.039
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais	58.343	106.007

A abertura dos ganhos e perdas atuariais está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses demográficas	67.930	
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras	(30.454)	472.715
(Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência	66.329	4.601
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	109.279	(444.348)
Mudança no limite de ativo (excluindo receita com juros)	(154.741)	73.039
(Ganhos) e perdas atuariais	58.343	106.007

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2020	31/12/2019
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
	Plano Milênio: 6,95%	Plano Milênio: 6,98%
Taxa de desconto nominal	Plano 35%: 6,24%	Plano 35%: 6,75%
	Suplementação : 6,44%	Suplementação : 6,81%
Taxa de inflação	3,32%	3,61%
Taxa de aumento nominal do salário	4,35%	4,65%
Taxa de aumento nominal do benefício	3,32%	3,61%
	Plano Milênio: 6,95%	Plano Milênio: 6,98%
Taxa de retorno dos investimentos	Plano 35%: 6,24%	Plano 35%: 6,75% e
	Suplementação : 6,44%	Suplementação : 6,81%
Tábua de mortalidade geral	Plano Milênio: AT-2012 segregada por sexo. Planos 35% :AT-2000 Masculina agravada em 15%. Suplementação: AT-2000 agravada em 10% segregada por sexo.	Plano Milênio:AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo. Planos 35% :AT-2000 Masculina agravada em 15%. Suplementação : AT-2000 agravada em 10% segregada por sexo.
Tábua de entrada em invalidez	Plano 35% Light Média Plano Milênio : Prudential (-10%) Plano Suplementação: não aplicável	Plano 35% e Suplementação : Light Média Plano Milênio : Prudential (Ferr. Aposent.)
Tábua de mortalidade de inválidos	Plano Milênio: AT-71 Planos 35% : MI-2006 -10% M&F Suplementação: Winklevoss -10%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos 35% e Suplementação.	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos 35% e Suplementação.
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referentes à tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos dos empregados com idade de 65 anos e 40 anos:

	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais						
Masculino	18,38	18,38	18,75	18,75	21,47	20,45
Feminino	18,38	18,38	21,41	21,41	23,34	23,02
Longevidade na idade de 40 anos para os participantes atuais						
Masculino	40,15	40,15	40,60	40,60	44,07	42,70
Feminino	40,15	40,15	44,41	44,41	46,68	46,28

Alocação dos ativos do plano:

	31/12/2020		31/12/2019	
Renda Variável	54.285	1,44%	25.236	0,65%
Renda Fixa	3.438.735	91,31%	3.607.398	92,63%
Imóveis	182.145	4,84%	183.098	4,70%
Outros	91.028	2,42%	78.756	2,02%
Total	3.766.193	100,00%	3.894.488	100,00%

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN.

Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B").

Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias.

Para o plano de pensão, a despesa em 2020 foi de R\$41.050 (R\$40.644 em 31 de dezembro de 2019).

30.d) Contribuições esperadas

Não há contribuições esperadas que serão pagas para os planos de benefícios definidos 35% e Suplementação em 2021.

Para o plano misto de benefício suplementar, as contribuições esperadas no valor de R\$ 21.563 serão pagas em 2021 para a parcela de contribuição definida e R\$1.322 para a parcela de benefício definido (benefícios de risco).

30.e) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2020 é demonstrada abaixo:

	31/12/2020					
	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Hipótese: Taxa de Desconto						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(1.005)	1.084	(5.507)	5.954	(4.758)	5.309
Efeito no valor presente das obrigações	(16.114)	17.381	(85.515)	92.456	(68.287)	76.188
Hipótese: Crescimento Salarial						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais					191	(181)
Efeito no valor presente das obrigações					1.079	(1.030)
Hipótese: Reajuste de Benefícios						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	120	(120)	623	(623)	430	(430)
Efeito no valor presente das obrigações	1.928	(1.928)	9.669	(9.669)	5.975	(5.975)
Hipótese: Tábua de Mortalidade						
Nível de sensibilidade	+1 ano	- 1 ano	+1 ano	- 1 ano	+1 ano	- 1 ano
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	850	(839)	4.382	(4.362)	1.562	(1.541)
Efeito no valor presente das obrigações	13.626	(13.455)	68.039	(67.726)	22.603	(22.306)

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefícios definidos:

Pagamentos esperados

Ano 1	281.314
Ano 2	272.801
Ano 3	266.342
Ano 4	259.595
Ano 5	252.578
Próximos 5 anos	1.137.146
Total de pagamentos esperados	2.469.776

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30.f) Plano de saúde – pós-emprego

Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais. Desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações	678.880	892.396
Passivo	678.880	892.396

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo atuarial no início do exercício	892.396	897.137
Despesa reconhecida no resultado do exercício	57.731	69.907
Contribuições patrimoniais vertidas no exercício anterior	(81.340)	(82.081)
Reconhecimento do (ganho)/perda atuarial	(189.907)	7.433
Passivo atuarial no final do exercício	678.880	892.396

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
(Ganho)/Perda atuarial na obrigação reconhecida no patrimônio líquido	(189.907)	7.433

Segue a expectativa de vida média ponderada com base na tábua de mortalidade utilizada para determinação das obrigações atuariais:

	31/12/2020	31/12/2019
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	20,24	20,24
Feminino	20,24	20,24
Longevidade na idade de 40 anos para os participantes atuais		
Masculino	42,74	42,74
Feminino	42,74	42,74

As premissas atuariais usadas para o cálculo dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2020	31/12/2019
Biométricas e Demográficas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 agravada em 20%	AT-2000 agravada em 20%
Financeiras		
Taxa nominal de desconto atuarial	6,53%	6,78%
Inflação	3,32%	3,61%
Aumento real dos custos médicos em função da idade (Aging Factor)	0,5% - 3,00% real a.a.	0,5% - 3,00% real a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos dos serviços médicos (HCCTR)	4,10%	6,98%
Custo médico médio (Claim cost)	913,00	1.319,36

30.g) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para o benefício de saúde pós-emprego em 31 de dezembro de 2020 é demonstrada abaixo:

	31/12/2020	
	Plano de Assistência Médica	
	Hipótese: Taxa de Desconto	
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	1.216	(1.339)
Efeito no valor presente das obrigações	(30.300)	33.447
	Hipótese: Inflação Médica	
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	4.749	(3.978)
Efeito no valor presente das obrigações	72.688	(60.887)
	Hipótese: Tábua de Mortalidade	
Nível de sensibilidade	+1 ano	- 1 ano
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	3.123	(2.925)
Efeito no valor presente das obrigações	47.797	(44.768)

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefício de saúde pós-emprego:

Pagamento de benefícios esperados	
Ano 1	60.143
Ano 2	58.312
Ano 3	56.323
Ano 4	54.177
Ano 5	51.892
Próximos 5 anos	221.734
Total de pagamentos esperados	502.581

Prática Contábil

Benefícios a empregados de longo prazo

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições para a CBS, as obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Nessa modalidade a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais, pois os riscos recaem sobre os empregados.

No plano de benefício definido as obrigações são avaliadas anualmente, por atuários independentes, no cálculo é utilizado o método de crédito unitário, as premissas para o cálculo englobam hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas. É aplicado a taxa de desconto para definir o valor presente das obrigações do benefício definido, também é determinado o valor justo dos ativos. O montante reconhecido no balanço da Companhia é o líquido das obrigações após a taxa de desconto menos o valor justo dos ativos.

Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

Benefícios a empregados de curto prazo

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente quando estas metas atingidas alocando-as no custo de produção ou despesas operacionais.

31. COMPROMISSOS

31.a) Contratos “take-or-pay”

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrados no quadro abaixo:

Natureza do serviço	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Transporte de minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúrgicos, cimento e produtos de mineração.	1.555.398	946.865	1.195.158	1.195.508	1.195.508	3.476.220	7.062.394
Fornecimento de energia, gás natural, oxigênio, nitrogênio, argônio e pelotas de minério de ferro, carvão, clínquer.	959.362	1.044.380	674.378	28.530	24.779	191.284	918.971
Beneficiamento de lama de alto forno e escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	56.024	75.863	13.240	9.298	2.652		25.190
Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	5.930	7.674	480				480
Armazenamento e Movimentação de óleo		1.900	1.608	1.608	1.608	402	5.226
Serviços de mão de obra e consultoria	27.002	32.279	28.428	27.380	27.380	191.657	274.845
	2.603.716	2.108.961	1.913.292	1.262.324	1.251.927	3.859.563	8.287.106

31.b) Projetos e outros compromissos

- Projeto Transnordestina

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O Projeto Transnordestina, que corresponde à Malha II da Malha Ferroviária Nordeste, inclui 1.753 km de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 54% e estava previsto para ser concluído em 2017, prazo atualmente em discussão junto aos órgãos responsáveis.

A Companhia espera que os investimentos permitam que a Transnordestina Logística S.A. ("TLSA"), concessionária detentora do Projeto Transnordestina, realize o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. O prazo da concessão se encerra em 2057, podendo ser encerrado antes desse prazo caso o concessionário atinja o retorno mínimo acordado com o Governo. A TLSA obteve as autorizações ambientais exigidas para os trechos em obra e a implementação está avançada em certas regiões.

As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) aporte de capital pela CSN e acionistas públicos. O investimento aprovado para a obra é de R\$7.542.000, sendo que o saldo de recursos a desembolsar será atualizado pelo IPCA a partir da data base abril de 2012. Caso sejam necessários recursos adicionais, serão viabilizados pela CSN e/ou terceiros por intermédio da celebração de Contratos de Uso da Via Permanente.

O valor do orçamento aprovado é composto da seguinte forma: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões, totalizando R\$ 11,2 bilhões. Atualmente o projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária cujo orçamento proposto é na ordem de R\$ 13,2 bilhões.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal nº 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, até 50% das debêntures poderão ser convertidas em ações da TLSA.

O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, suspendeu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPar. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados.

Por meio de nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, referente ao processo TC 012.179/2016, o Tribunal de Contas da União – TCU suspendeu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPar. A Companhia vem prestando os esclarecimentos necessários ao TCU e atuando com firmeza para que a decisão seja revogada em breve e o fluxo de aportes programados seja restabelecido.

A Companhia concluiu em dezembro/2019, conforme cronograma previsto, as entregas de engenharia referentes à revisão dos projetos dos trechos a serem executados, assim como o levantamento dos serviços já executados nos trechos em andamento e concluídos ("*as built*"), de forma a permitir a validação do orçamento regulatório e a preparação de cronograma revisado. A Companhia aguarda as análises a serem efetuadas por parte da agência reguladora, as quais se encontram em andamento.

Existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes ("ANTT") que avalia o regular cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão pela Companhia. Neste contexto, em 2020, a ANTT propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da TLSA e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER. A recomendação da ANTT, que foi fundamentadamente contestada pela TLSA, não vincula o Poder Concedente, tampouco põe fim à discussão, eis que ainda estão pendentes as avaliações do Ministério da Infraestrutura e da Presidência da República. Além disso, é igualmente possível o reexame judicial da matéria. A Companhia continua suas atividades de implantação dos trechos da ferrovia nos Estados do

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Piauí e do Ceará e de conservação dos trechos já construídos, com fundada expectativa de que seja mantida a continuidade das suas operações.

Existe um procedimento administrativo perante a ANTT que avalia o cumprimento regular das obrigações do Contrato de Concessão correspondente à Malha II pela Concessionária TLISA. A área técnica da ANTT, em opinião unilateral, entendeu que houve descumprimento de obrigações contratuais pela Concessionária. A opinião da área técnica está sob avaliação e, caso comprovada a irregularidade, a ANTT poderá aplicar as penalidades cabíveis ou recomendar à Presidência da República a declaração de caducidade, estando o procedimento na fase de instrução, não havendo até o momento, decisão definitiva sobre o mérito.

Em 16 de setembro de 2020 foi protocolado junto ao TCU o pedido de reconsideração e suspensão acerca do Acórdão nº 67/2017, que determinou a suspensão dos repasses de recursos públicos ao empreendimento até a avaliação dos projetos de engenharia e a determinação do orçamento regulatório pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Nesse pedido de reconsideração a administração solicita que, diante do esgotamento das providências da Transnordestina para aprovação do orçamento das obras do projeto e da imprescindibilidade dos recursos previstos nos acordos que estruturaram o projeto para a sua finalização, seja revisto o entendimento esposado no Acórdão 67/2017, com a consequente liberação imediata dos recursos públicos de responsabilidade das fontes públicas. Subsidiariamente, solicitou que, caso não seja deferida a liberação dos aportes públicos, requeremos a imediata liberação dos recursos do FINOR, visto que, independentemente de sua natureza, os mesmos têm caráter de reembolso dos valores comprovadamente aplicados pela Transnordestina nas obras, não podendo ficar submetidos à suspensão estipulada no Acórdão nº 67/2017 – TCU.

• FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (Malha operacional)

Em relação à Malha I, operada pela FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“FTL”), existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes (“ANTT”) que avalia o cumprimento regular das obrigações do Contrato de Concessão pela Concessionária FTL. Em função de uma avaliação unilateral, a ANTT informou que a FTL teria descumprido o TAC assinado em 2013 em decorrência do descumprimento da meta de produção de 2013. Neste contexto, a agência propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da FTL e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER. A Companhia continua recorrendo do posicionamento da ANTT.

32. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Nomeados, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2020, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de junho de 2020 a 30 de junho de 2021. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$600 milhões e a franquia é de US\$ 385 milhões para danos materiais e 45 dias para lucros cessantes, cobrindo as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, CSN Mineração S.A. e Sepetiba Tecon.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria da demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social pagos	542.877	1.167.419		
Adição ao imobilizado com capitalização de juros (nota 11 e 28)	92.506	117.189	29.612	27.961
Adoção inicial CPC 06 - Direito de uso		640.989		61.072
Remensuração e adição ao direito de uso (nota 11 a)	109.993	(151.558)	47.098	(13.626)
Adição ao imobilizado sem efeito caixa	30.345	278.213		
Capitalização em controlada sem efeito caixa	104.809		161.770	177.465
Adição de propriedade para investimento sem efeito caixa	61.597		61.597	57.846
	942.127	2.052.252	300.077	310.718

34. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício	4.292.618	2.244.511	3.794.295	1.789.067
Outros Resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias, líquidos de impostos	879	424	(604)	(1.663)
(Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido	132.059	(113.518)	133.673	(111.532)
	132.938	(113.094)	133.069	(113.195)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes acumulados de conversão do período	581.175	32.922	581.175	32.922
(Perda)/ganho na variação percentual de investimentos	6.102	(2.288)	6.102	(2.288)
(Perda)/ganho hedge de investimentos reflexo de investimentos em controladas			(4.824)	2.472
(Perda)/ganho hedge de investimento líquido no exterior	(4.824)	2.472		
(Perda)/ganho hedge de fluxo de caixa, líquidos de impostos	(5.537.174)	(604.828)	(5.537.174)	(604.828)
Realização de hedge de fluxo de caixa reclassificado para resultado, líquidos de impostos	1.667.886	790.353	1.667.886	790.353
(Perda)/ganho hedge accounting de fluxo de caixa – índice "Platts" reflexo de investimentos em controladas, líquido de impostos			(477)	
Realização de hedge de fluxo de caixa – índice "Platts" reclassificado para resultado, líquidos de impostos	186.878			
(Perda)/ganho hedge accounting de fluxo de caixa – índice "Platts"	(187.423)			
	(3.287.380)	218.631	(3.287.312)	218.631
	(3.154.442)	105.537	(3.154.243)	105.436
Resultado Abrangente Total do exercício	1.138.176	2.350.048	640.052	1.894.503
Atribuível a:				
Participação dos acionistas controladores	640.052	1.894.503	640.052	1.894.503
Participação dos acionistas não controladores	498.124	455.545		
	1.138.176	2.350.048	640.052	1.894.503

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Prospecto da Oferta de ações da CSN Mineração S.A.**

Em 17 de fevereiro a Companhia divulgou ao mercado o prospecto definitivo da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, através da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. A Oferta compreenderá (i) a distribuição primária de 161.189.078 de novas Ações ("Oferta Primária"); e (ii) a distribuição secundária de, inicialmente, 372.749.743 de ações, podendo ser acrescido até 20% de ações adicionais de titularidade de todos os atuais acionistas e, ainda, até 15% de ações suplementares de titularidade da acionista majoritária, CSN.

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No prospecto definitivo da Oferta o preço por Ação ("Preço por Ação") é de R\$8,50, perfazendo o total de R\$1.370 milhões nas ações primárias e R\$2.785 milhões nas ações secundárias. O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, realizados no Brasil e no exterior.

Com a abertura do capital, as ações da Companhia foram desdobradas na proporção de 1:30, e consequentemente o seu capital social passou a ser representado por 5.430.057.060 (cinco bilhões, quatrocentos e trinta milhões, cinquenta e sete mil e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme aprovação dada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2020.

- **Movimentação de Dívidas**

Em janeiro de 2021, a Companhia reperfilou parte de contratos de pré-pagamento de exportação no montante de US\$265 milhões, cujos vencimentos de 2022 no montante de US\$79 milhões foram postergados para 2023. Além disso, a Companhia amortizou R\$315 milhões em NCEs cujos vencimentos ocorreriam ao longo do exercício.

Adicionalmente, em 12 de fevereiro de 2021, a Companhia recomprou, para posterior cancelamento, 450.000 debêntures da 10ª Emissão no montante de R\$391 milhões. Essa recompra corresponde a 23% das debêntures da referida Emissão.

- **Drop down de ativos para a CSN Cimentos S.A.**

Em 31 de janeiro de 2021 ocorreu o *drop down* do segmento de cimentos, sendo transferidos todos os ativos e passivos relativos à atividade de cimentos da CSN para sua controlada CSN Cimentos S.A.

- **Aumento no capital social**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2021, aprovou a capitalização de parte da reserva estatutária constituída, no montante de R\$1.500 milhões, sem a modificação do número de ações, passando o capital social da Companhia para R\$ 6.040 milhões.
